

MIGRAÇÕES

Antes de iniciarmos nosso estudo sobre as migrações, é necessário que vocês entendam alguns conceitos utilizados quando falamos sobre esse tema.

- **Migrante:** é um termo genérico para qualquer pessoa que se desloque do país, estado ou região em que nasceu.
- **Emigrante:** é quem deixa o seu local de nascimento para viver em outro país, estado ou região.
- **Imigrante:** é aquele que entrou em outro país, estado ou região para ali viver.
- **Imigrante irregular:** é a pessoa que entra irregularmente em um país, que vive irregularmente no país e que não é aceita oficialmente pelo governo do país em que chega.
- **Refugiado:** é uma categoria específica de emigrante, é a pessoa que muda de região ou país para fugir de guerras, conflitos internos, perseguição (política, étnica, religiosa, de gênero etc.), violação dos direitos humanos, fomes ou catástrofes naturais.
- **Solicitante de asilo:** para a Organização das Nações Unidas (ONU), é a pessoa que pediu proteção internacional e aguarda a concessão do status de refugiado.
- **Asilado:** para a ONU, é o refugiado aceito oficialmente pelo país ao qual pediu refúgio.

Refugiados no mundo

O refugiado é um migrante forçado, que teve que fugir do seu país, pois a sua sobrevivência física estava ameaçada, o que é um reflexo de um grave padrão de violação dos direitos humanos.

Pelas normas internacionais, o refugiado deve receber proteção integral da nação que o recebe antes mesmo da conclusão do processo de regularização de sua situação, por meio da concessão de asilo. E a regra é válida mesmo em situações emergenciais, de grandes levas de pessoas que abandonam em massa seus países, como na atual crise migratória, quando a concessão do asilo é dificultada.

Um outro conceito utilizado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) é o de **deslocado interno**. São as pessoas que, em virtude de conflito armado, violência generalizada, fome, violações a direitos humanos ou desastres, são forçadas a deixar o local de residência, mas permanecem no seu país.



O **ACNUR**, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, é uma agência da ONU que atua para assegurar e proteger os direitos das pessoas em situação de refúgio em todo o mundo.

Conforme o ACNUR, ao final de 2021, o número de pessoas deslocadas por guerras, violência, perseguições e abusos de direitos humanos chegou a 89,3 milhões - um crescimento de 8% em relação ao ano anterior e bem mais que o dobro verificado há 10 anos.

Mas nem todos são refugiados. Dentro desse contingente, há também os deslocados internos e os solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado.

O número de pessoas forçadas a deixar suas casas tem crescido ano após ano durante a última década e se encontra no nível mais alto desde que começou a ser registrado. É um número recorde no mundo, e só encontra precedente no período que se seguiu à II Guerra Mundial.

Mais de dois terços (69%) das pessoas refugiadas vieram de apenas cinco países:

1. Síria (6,8 milhões)
2. Venezuela (4,6 milhões)
3. Afeganistão (2,7 milhões)
4. Sudão do Sul (2,4 milhões)
5. Mianmar (1,2 milhão)

Já os países que abrigam o maior número de refugiados são:

1. Turquia (abriga 3,8 milhões de pessoas refugiadas)
2. Colômbia (acolhia 1,8 milhão de pessoas venezuelanas deslocadas fora do seu país)
3. Uganda (1,5 milhão)
4. Paquistão (1,5 milhão)
5. Alemanha (1,3 milhão)

O deslocamento dos indivíduos por diferentes espaços geográficos em busca de melhores condições de vida é um fenômeno que acompanha a história humana. Mas, nas últimas décadas, **os movimentos migratórios entre países e continentes intensificaram-se, principalmente devido ao desenvolvimento desigual das regiões e à multiplicação de conflitos.**

Se os refugiados são forçados a abandonar seus locais de origem por motivos de conflitos ou perseguições, os migrantes tradicionais o fazem por escolha própria e, sobretudo, **por motivação econômica.**

Panorama atual das migrações

Assim como o número de refugiados, o número de migrantes no planeta segue uma tendência de crescimento ao longo das últimas décadas.

De acordo com o relatório *“International Migration 2020 Highlights”* elaborado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA, na sigla em inglês):

- Em 2000 o número de pessoas que vivem fora do seu país de nascimento ou cidadania era de 173 milhões;
- Em 2010 esse número passou para 221 milhões;
- Em 2020, chegou aos 281 milhões.

A maior parte dos migrantes busca se deslocar para países de rendimentos mais elevados, o que faz com que representem quase 15% da população total nos países de rendimento elevado e menos de 2% nos países de rendimento médio e baixo.

Dentre esses países, os Estados Unidos é o principal destino dos migrantes internacionais - 18% dos migrantes internacionais moram em solo norte-americano. A União Europeia é o segundo maior destino.

Enquanto os EUA passaram a receber, a partir dos anos 80, enorme contingente de imigrantes da América Latina e do Caribe (devido, sobretudo, à crise econômica decorrente da dívida externa desses países), na Europa, a maior fatia de imigrantes vem das ex-colônias africanas e do próprio continente. Esse movimento se acelerou a partir de 2004, com a adesão à UE de países do antigo bloco soviético.

No processo de migração de países pobres em direção aos países ricos, tem-se uma importante movimentação financeira. Grandes fluxos de remessas de capitais são enviados pelos migrantes para seus familiares radicados nos países de origem. Em alguns países de economia mais fragilizada, como Haiti, Jamaica e Cuba, essas remessas chegam a representar parte significativa do Produto Interno Bruto (PIB).

A crise econômica global, de 2008, desencadeou uma mudança importante nas rotas migratórias. Atingidos, no início, com mais força pela crise, os países ricos mergulharam em recessão. E os altos índices de desemprego afugentaram os imigrantes. Caíram os fluxos migratórios permanentes para boa parte dos países desenvolvidos, sobretudo para as nações europeias, e aumentaram para os países em desenvolvimento. Destinos anteriormente pouco importantes tornaram-se mais atraentes. Um exemplo são países produtores de petróleo do Golfo Pérsico, como os Emirados Árabes Unidos e o Catar. Com um mercado de trabalho forte no setor da construção civil, esses países têm hoje os estrangeiros como maioria de sua população. O Sudeste Asiático também é uma região com intenso fluxo migratório, geralmente de países extremamente pobres, como Mianmar, para nações em desenvolvimento, como a Tailândia.

Outro fator que explica mudanças de fluxo nas migrações é político: as decisões adotadas por vários países desenvolvidos, mesmo antes de 2008, de fechar cada vez mais severamente as fronteiras à entrada de estrangeiros vindos de nações pobres. A menos que sejam trabalhadores altamente qualificados, as chances de ingresso legal no mercado de trabalho do mundo desenvolvido diminuem progressivamente.

A xenofobia

A xenofobia é a aversão a pessoas estranhas a seu meio, geralmente estrangeiras, com língua, costumes ou religiões diferentes e baseia-se em sentimento de superioridade de uma cultura sobre outra e na crença em estereótipos.

Alguns contextos socioeconômicos podem intensificar a xenofobia. As épocas de crise ou de recessão econômica, com elevadas taxas de desemprego, são exemplos dessa piora. Em geral, se o trabalho realizado pelos imigrantes se limita àquele que a população local não quer realizar e não afeta sua própria situação laboral, sua presença é mais aceita.

A maior competição por recursos limitados (vagas de emprego, vagas em escolas públicas, leitos de hospitais, entre outros) costuma levar a população local a realizar discursos ou a ter comportamentos xenófobos, buscando restringir sua entrada no país ou pedindo, em alguns casos, sua expulsão. A ideia por trás dessas atitudes é de que se deve priorizar o atendimento e o funcionamento de serviços públicos aos nativos, especialmente em situações de crise, em que os recursos financeiros do Estado se encontram limitados.

Após a crise econômica mundial de 2008, intensificou-se a xenofobia, sobretudo na União Europeia.

Nacionalismo

Nesta era da economia globalizada, na qual há grande liberdade de circulação de capital e ainda há uma facilitação da circulação de produtos e serviços, seria natural pensar que as migrações fossem favorecidas. Mas as fronteiras estão cada vez mais fechadas às pessoas. Passados mais de dez anos da crise econômica de 2008, o mundo parece entrar num novo período da história: a **desglobalização.**

O protecionismo comercial cresceu e os Estados Unidos travam uma guerra comercial com a China. O comércio e os investimentos internacionais permanecem retraídos, e muitos países da União Europeia (UE) ainda estão com o mercado de trabalho estrangulado.

Além do desemprego, os rombos nas contas públicas levaram governos a aprovar reformas na previdência, aumentando a idade para aposentadoria e reduzindo benefícios sociais. Nessa situação de aperto, os estrangeiros são cada vez menos bem-vindos.

Frustradas, as sociedades começam a questionar os projetos de integração como o da União Europeia e voltam a olhar para si mesmas como nações individualizadas, com interesses próprios a defender. Floresce o **nacionalismo – sentimento que valoriza a unidade da nação e sua identidade cultural, na língua, nos costumes, nas tradições e na religião. Quando exacerbado, esse nacionalismo enterra o ideal de um mundo em cooperação e passa a prevalecer a competição e as rivalidades nacionais.**

Políticas anti-imigratórias

Em compasso com o crescimento do nacionalismo, em diversos países europeus, a extrema direita vem obtendo bons resultados nas urnas, em uma ascensão relacionada à defesa que esses partidos fazem de políticas isolacionistas, protecionistas e contrárias à imigração. Rotular o estrangeiro como inimigo passou a ser uma estratégia cada vez mais usada para justificar os problemas internos e obter ganhos políticos.

Nesse sentido, o Brexit, a saída do Reino Unido da UE, foi a maior expressão política do sentimento anti-imigratório. Nos Estados Unidos, o ex-presidente Donald Trump adotou medidas explicitamente anti-imigratórias. Sob seu comando, o país endureceu os critérios para a entrada de migrantes legalmente no país. Uma ação considerada claramente xenófoba foi a suspensão da entrada de imigrantes de alguns países de maioria muçulmana. Contudo, Joe Biden prometeu revisar os critérios de migração e apresentar uma reforma da imigração.

Islamofobia

O veto dos Estados Unidos à entrada de cidadãos de países de maioria muçulmana mostra como essa onda xenófoba tem um forte componente islamofóbico, que é o sentimento de repúdio ao islamismo. Desde o ataque ao World Trade Center, em 2001, pelo grupo fundamentalista islâmico Al Qaeda, os muçulmanos passaram a ser associados ao extremismo.

Embora essas ações sejam exercidas por uma ínfima parcela de adeptos, que utilizam o nome da religião para obter ganhos políticos e territoriais, a repercussão dos atentados afeta negativamente a expressiva maioria de seguidores, que repudia os atos de violência.

Os atentados terroristas na França, Inglaterra, Espanha, Alemanha, Bélgica e Suécia, assumidos pelo grupo extremista Estado Islâmico, agravaram ainda mais a islamofobia na Europa. No momento em que o continente recebia um grande fluxo de refugiados, a maioria vinda de países islâmicos, como a Síria, cresciam os episódios de ódio e violência contra os adeptos da religião, que eram estigmatizados como potenciais terroristas.

Nessa difícil convivência, o choque cultural entre os costumes islâmicos e a tradição ocidental é frequente. O uso em espaços públicos de vestimentas islâmicas que cobrem integralmente o rosto - burca e nikab - são proibidos na França, Bulgária, Áustria, Bélgica e Dinamarca.

O bem que o migrante faz

A atual onda xenófoba pode ser considerada uma reação de parte das sociedades em defesa de seus valores culturais e de seus privilégios econômicos. No entanto, muitas nações construíram a identidade a partir da fusão com outras culturas e costumes. E mais: diversos países devem o seu desenvolvimento econômico ao esforço do trabalhador imigrante.

Segundo estudo do McKinsey Global Institute, os migrantes econômicos, que normalmente se deslocam para países mais desenvolvidos do que o de origem, produzem mais de 9% de toda a riqueza gerada no mundo. São quase 7 trilhões de dólares ao ano – 3 trilhões a mais do que se eles tivessem permanecido em sua terra. A maior parte dessa riqueza fica no país de destino.

Na Europa atual, o trabalhador imigrante é muito útil. As declinantes taxas de natalidade no continente levam ao envelhecimento populacional – o aumento na proporção de idosos sobre a de jovens. Como consequência, faltará mão de obra no futuro para sustentar o crescimento econômico. Até 2060, haverá no continente apenas dois trabalhadores para cada indivíduo acima de 65 anos, a metade da proporção atual, o que deve sobrecarregar o sistema previdenciário.

Além disso, nos países desenvolvidos há diversos postos de trabalho que, por exigirem menor capacitação e pagarem menores salários, não conseguem ser preenchidos pelos cidadãos locais. Essas vagas, contudo, são muito valiosas para os migrantes econômicos e os refugiados. Isso sem falar que as ondas migratórias também acabam atraindo profissionais bem preparados e muitos talentosos, que rendem grandes dividendos.



Migrações

Migrante – Pessoa que se desloca do país, estado ou região em que nasceu. O fazem por escolha própria e, sobretudo, por motivação econômica.

Emigrante – Quem deixa o seu local de nascimento para viver em outro país, estado ou região.

Imigrante – Aquele que entrou em outro país, estado ou região para ali viver.

Imigrante irregular – Pessoa que entra irregularmente em um país, que vive irregularmente no país e que não é aceita oficialmente pelo governo do país em que chega.

Refugiado – Pessoa que muda de região ou país para fugir de guerras, conflitos internos, perseguição (política, étnica, religiosa, de gênero etc.), violação dos direitos humanos, fomes ou catástrofes naturais. É um migrante forçado, que teve que fugir do seu país, pois a sua sobrevivência física estava ameaçada.

Asilado – Refugiado aceito oficialmente pelo país ao qual pediu refúgio.

Deslocado interno – São as pessoas que, em virtude de conflito armado, violência generalizada, fome, violações a direitos humanos ou desastres, são forçadas a deixar o local de residência, mas permanecem no seu país.

Conforme o ACNUR, o número de refugiados, solicitantes de asilo e de deslocados internos é recorde no mundo. A Síria é o país em que mais pessoas saíram em busca de refúgio (6,8 milhões), seguida da Venezuela (4,6 milhões), Afeganistão (2,7 milhões), Sudão do Sul (2,4 milhões) e Mianmar (1,2 milhão).

Nas últimas décadas, os movimentos migratórios entre países e continentes intensificaram-se, principalmente devido ao desenvolvimento desigual das regiões e à multiplicação de conflitos.

A maior parte dos migrantes busca se deslocar para países de rendimentos mais elevados, o que faz com que representem quase 15% da população total nos países de rendimento elevado e menos de 2% nos países de rendimento médio e baixo.

Dentre esses países, os Estados Unidos é o principal destino dos migrantes internacionais - 18% dos migrantes internacionais moram em solo norte-americano. A União Europeia é o segundo maior destino.

No processo de migração de países pobres em direção aos países ricos, tem-se uma importante movimentação financeira. Grandes fluxos de remessas de capitais são enviados pelos migrantes para seus familiares radicados nos países de origem.

Países desenvolvidos estão mais restritivos à entrada de imigrantes estrangeiros vindos de nações pobres. A menos que sejam trabalhadores altamente qualificados, as chances de ingresso legal no mercado de trabalho diminuem progressivamente.

Como consequência da crise econômica global de 2008, cresceram as rotas migratórias para países em desenvolvimento e caíram os fluxos migratórios permanentes para boa parte dos países desenvolvidos.

Xenofobia – Forma de preconceito fundamentado na aversão a pessoas estranhas a seu meio, geralmente estrangeiras, com língua, costumes ou religiões diferentes e baseia-se em **sentimento de superioridade** de uma cultura sobre outra e na crença em estereótipos.

Tende a se acentuar em épocas de crises econômicas devido à maior competição por recursos limitados (vagas de emprego, serviços públicos etc.).

A islamofobia (repúdio ao islamismo) tem se mostrado a principal manifestação da xenofobia no mundo atual, sobretudo em virtude da realização de atentados terroristas pelo grupo Estado Islâmico.

Nacionalismo – Sentimento de valorização de sua nação e identidade cultural. Tem sido utilizado por segmentos políticos para expressar um descontentamento com a situação socioeconômica de países, colocando como causa a integração das nações no mundo globalizado e defendendo um maior fechamento e individualização, na defesa de interesses próprios.

Políticas anti-imigratórias – Em compasso com o crescimento do nacionalismo, diversos países europeus têm adotado políticas restritivas ao ingresso de estrangeiros legalmente nos seus países e endurecido o controle sobre a entrada e a permanência de imigrantes ilegalmente nos países. Nesse sentido, o Brexit, a saída do Reino Unido da UE, foi a maior expressão política do sentimento anti-imigratório. Nos Estados Unidos, o ex-presidente Donald Trump adotou medidas explicitamente anti-imigratórias.

O bem que o imigrante faz – Muitas nações construíram a identidade a partir da fusão com outras culturas e costumes. Diversos países devem o seu desenvolvimento econômico ao esforço do trabalhador imigrante. Em países desenvolvidos, geralmente ocupam postos de trabalho em atividades que os nacionais dos países não querem mais trabalhar.

As declinantes taxas de natalidade dos países ricos levam ao envelhecimento populacional, como consequência, faltará mão de obra no futuro para sustentar o crescimento econômico, sendo a mão de obra estrangeira muito útil para suprir essa carência.

Estudos mostram que os migrantes fazem bem para o país que os recebe, contribuindo com o crescimento econômico.

ORGANISMOS, ORGANIZAÇÕES E GRUPOS INTERNACIONAIS

Galera, nesta parte da aula, vamos estudar os principais organismos e organizações internacionais relacionados à política, às relações internacionais e à economia mundial.

Também, vamos ver três importantes grupos de países da área econômico-política: G-20, G-8 e BRICS.



Vem comigo!

ONU

A **Organização das Nações Unidas (ONU)** tem como objetivo manter a paz, defender os direitos humanos e as liberdades fundamentais e promover o desenvolvimento dos países. Foi criada oficialmente após a II Guerra Mundial, em 24 de outubro de 1945. **A motivação para a sua criação está relacionada com os conflitos internacionais** que destruíram diversos territórios e vitimaram milhares de pessoas, trazendo, assim, à tona a **necessidade de buscar a paz** entre as nações.

Antes da existência da ONU, havia uma outra organização intergovernamental conhecida como **Liga das Nações**, criada com o objetivo de uma proposta de paz negociada pelos países vitoriosos na Primeira Guerra Mundial. Contudo, com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial, essa organização foi considerada um fracasso, por não ter conseguido evitar uma nova guerra.

A **Assembleia Geral** reúne todos os países membros. Aprova resoluções que não são vinculativas para os membros, exceto a aprovação de matéria orçamental. A Assembleia pode fazer recomendações sobre quaisquer matérias no âmbito da ONU, excetuando as questões de paz e segurança que estão sob consideração do Conselho de Segurança. O cargo mais alto da organização é o de **secretário-geral**, ocupado pelo português **António Guterres** desde 2017.

A ONU conta com várias agências especializadas em temas que requerem coordenação global. As agências são autônomas. Algumas dessas agências são o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), na área econômica, a UNESCO, na área de educação, ciência e cultura, a Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O **Conselho de Segurança (CS)** é o responsável por manter a paz e a segurança entre as nações. Tem poder para deliberar sobre o envio de missões de paz para áreas em conflito, definir sanções econômicas ou a intervenção militar num país. Enquanto outros órgãos das Nações Unidas só podem fazer "recomendações" para os governos membros, o Conselho de Segurança tem o poder de tomar decisões vinculativas, que devem ser seguidas pelos estados membros da ONU.

O Conselho de Segurança é composto por 15 Estados-membros, sendo **cinco membros permanentes** — **China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos** — e **dez membros temporários** (que se revezam a cada dois anos), são mantidos em mandatos de dois anos conforme votado na Assembleia Geral sobre uma base regional.

Todos os países participam das discussões e votações, mas **apenas os membros permanentes têm poder de veto**. Ou seja, quando um desses países não concorda com alguma resolução, ele pode barrar a medida, mesmo que a decisão tenha sido aprovada por todos os outros 14 membros ou pela Assembleia Geral da ONU. Assim, é comum os países do Conselho de Segurança vetarem medidas contra seus aliados. Esse poder de veto dos membros permanentes do CS provoca longos impasses entre as principais potências, o que impede a organização de cumprir sua missão prioritária de garantir a paz.

O Conselho de Segurança é considerado o centro do poder político mundial. A criação da ONU foi arquitetada pelas potências que venceram a II Guerra Mundial: os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, a antiga União Soviética (atualmente a Rússia) e a China. Esses países desenharam a distribuição do poder na ONU e são até hoje os únicos membros permanentes do Conselho.

O Brasil voltou a ocupar um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2022-2023, após 10 anos. Essa é a 11ª vez que o país integra o colegiado (a última foi no biênio 2010-2011).

A divisão de poder na ONU é criticada por não refletir as transformações pelas quais o mundo passou desde a criação da entidade. O Japão e a Alemanha, derrotados na II Guerra Mundial, tornaram-se duas das economias mais ricas do mundo atualmente e não participam das principais decisões da ONU. Por sua vez, economias emergentes, como o Brasil e a Índia, ganharam peso político no cenário internacional e reivindicam uma vaga permanente no Conselho de Segurança, mesmo sem direito a veto.

Com o fim da Guerra Fria (1945-1991) e um novo cenário mundial, países de fora do conselho, como **Alemanha, Japão, Brasil e Índia**, passaram a reivindicar uma cadeira permanente. As propostas de alteração encontram resistência entre os membros permanentes e a objeção de países preteridos pelas propostas. Argentina e México, por exemplo, uniram-se contra o Brasil, receosos de que o país assuma um assento permanente como representante da América Latina.

OEA

A Organização dos Estados Americanos (OEA) reúne os 35 países das três Américas e do Caribe. A entidade possui quatro pilares de atuação: democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento.

Dentro dessas áreas, trabalha de muitas formas, como na observação independente de pleitos eleitorais, acompanhamento de denúncias de violação aos direitos humanos, mediação de possíveis conflitos de diversas naturezas entre seus membros e ajuda econômica e humanitária em desastres naturais. Em 2013, por exemplo, a Venezuela se retirou do Sistema de Direitos Humanos da OEA, alegando que as decisões do órgão não são isentas. Nos últimos anos, a Comissão de Direitos Humanos da OEA denunciou o país por não punir os casos de violação de direitos humanos.

CELAC

A Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) foi criada em 2010 para agrupar as 33 nações da América Latina e Caribe. Sua composição é equivalente à da OEA, sem Estados Unidos nem Canadá. Teve como origem o Grupo do Rio – criado em 1986 para ampliar a cooperação política e ajudar na resolução de problemas internos das nações participantes – e a Calc – Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e o Desenvolvimento, formada em 2008.

UNASUL e PROSUL

A União das Nações Sul-Americanas (Unasul) foi criada em 2008 e entrou em vigor em 11 de março de 2011, quando dez países haviam ratificado a adesão à organização. Surgiu com o objetivo de articular os países sul-americanos em âmbito cultural, social, econômico e político. No seu auge era composta pelos 12 países da América do Sul.

A Unasul foi criada em um momento de maioria de governos de esquerda na América do Sul. Situação que se inverteria a partir de 2015, com a ascensão de governos de direita, conservadores e liberais no continente. Essa mudança de rumos políticos se refletiu na entidade, resultando em divergências entre os países na tomada de decisões.

Em função dessas divergências, em abril de 2018, o Brasil, a Argentina, o Chile, a Colômbia, o Peru e o Paraguai suspenderam as suas participações na entidade. O estopim foi a falta de um acordo sobre a escolha do novo secretário-geral.

O Equador anunciou, em março de 2019, a saída da entidade. Em abril de 2019, o Brasil seguiu o caminho do Equador e formalizou a saída da Unasul. O Uruguai saiu da entidade em março de 2020, já no governo de Lacalle Pou.

Em março de 2019, em uma reunião de cúpula, em Santiago, no Chile, o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul). O documento de lançamento foi assinado pela Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Guiana.

Posteriormente, em 2022, o Chile, agora liderado pelo ex-líder estudantil de esquerda, Gabriel Boric, enviou uma solicitação formal para a suspensão do país no Prosul.

Também em 2022, o Suriname apresentou o desejo de seu país ingressar oficialmente como país membro do Prosul e formalizar a sua saída da Unasul, porém, nenhuma data foi especificada de quando esse projeto se concretizará. Essa poderá se tornar a primeira expansão do bloco sul americano desde a sua criação em 2019.

A ideia é que o Prosul não mantenha a atual estrutura da Unasul, ao buscar soluções mais leves para o aparato que hoje inclui uma sede física em Quito, no Equador, além de secretariados e quadro de funcionários. As nações signatárias entenderam que a Unasul, da forma como funcionou desde seu lançamento em 2008, perdeu efeitos práticos, mantendo custos, e passou a disputar decisões sobre temas que já são tratados em outras instâncias, como o Mercosul. A ideia inicial é que o Prosul não deva ser um tratado e ou um organismo, como a Unasul, e sim, seguir os moldes de um agrupamento de países no formato de um fórum.

Nos debates e decisões, os temas de integração em matéria de infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e combate ao crime, prevenção de e resposta a desastres naturais serão abordados prioritariamente e de maneira flexível pelo grupo.

Para participar do organismo anunciado, o documento exige como requisitos a "plena vigência da democracia", estratégia que coloca a Venezuela em uma situação de isolamento do grupo, além do respeito ao princípio de separação dos Poderes e o respeito aos direitos humanos, assim como a soberania e a integridade territorial dos Estados.

FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização financeira criada para promover a estabilidade monetária e financeira no mundo e oferecer empréstimos a países em dificuldades financeiras. Os empréstimos são concedidos em troca do comprometimento dos países com metas, como equilíbrio fiscal, reforma tributária, desregulamentação, privatização e concentração de gastos públicos em educação, saúde e investimento em infraestrutura, entre outras políticas que são denominadas como Consenso de Washington.

Banco Mundial

O Banco Mundial tem como objetivo oferecer financiamento e assistência técnica a países para promover seu desenvolvimento econômico. Criado em 1944 e composto por duas instituições principais – o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (ADI) –, o Banco Mundial é formado por 189 países-membros. Iniciou suas atividades auxiliando na reconstrução dos países da Europa e da Ásia após a II Guerra Mundial.

OCDE

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) articula políticas de educação, saúde, emprego e renda entre países ricos e alguns emergentes ou em desenvolvimento. Fundada em 1961, substituiu a Organização Europeia para a Cooperação Econômica, criada em 1948 no quadro do Plano Marshall.

Membros da OCDE: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.

A Costa Rica se tornou o 38º país a fazer parte da Organização, em maio de 2021. A Colômbia tinha sido o 37º, ingressou em abril de 2020. Com a adesão formal da Costa Rica, a América Latina passa a ter quatro países na organização (México, Chile e Colômbia já fazem parte).

A entrada na organização é uma ambição do Brasil, desde o governo Michel Temer. O pedido foi feito formalmente em maio de 2017 e continua sendo uma meta do governo Bolsonaro. Para entrar na OCDE é necessário a implementação de uma série de medidas econômicas liberais, como o controle inflacionário e fiscal, além de medidas de transparência na gestão pública e de combate a corrupção. Em troca, o país ganha um "selo" de investimento que pode atrair investidores pelo globo.

OTAN

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou NATO (North Atlantic Treaty Organization) é uma aliança política e militar liderada pelos Estados Unidos, formada em 1949, após a Segunda Guerra Mundial, por 12 países: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Reino Unido. Atualmente fazem parte da OTAN 30 países.

O grupo foi fundado com o objetivo principal de conter e limitar a expansão da União Soviética (URSS) pela Europa. Para isso, a organização se estabeleceu como uma aliança de segurança coletiva com o objetivo de proporcionar defesa mútua por meios militares e políticos, se um de seus membros for ameaçado por um Estado externo.

O grupo possui caráter defensivo, isto é, a OTAN não atacaria outro país, mas se um membro da organização for atacado, os demais países-membros deveriam reagir como se sua própria nação tivesse sido ultrajada. O artigo 5º do tratado afirma que “um ataque armado contra um ou mais” Estados-membros “será considerado um ataque contra todos eles”.

Em contraposição à criação da OTAN, a URSS e seus aliados do bloco socialista criaram o **Pacto de Varsóvia, em 1955**. Mas, ao longo da Guerra Fria, nenhum ataque aos membros da OTAN ou do Pacto de Varsóvia ocorreu. Frente ao colapso econômico e político, a União Soviética acabou em 1991, junto com o Pacto de Varsóvia.

Quando isso ocorreu, imaginou-se que a OTAN tinha perdido sentido, já que não havia mais um bloco militar inimigo a ser dissuadido de atacar um dos membros da aliança. No entanto, a OTAN passou a assumir novos papéis.

Além de ver o terrorismo como nova ameaça, a organização passou a atuar em outros campos, colaborou com operações de paz e de ajuda humanitária.

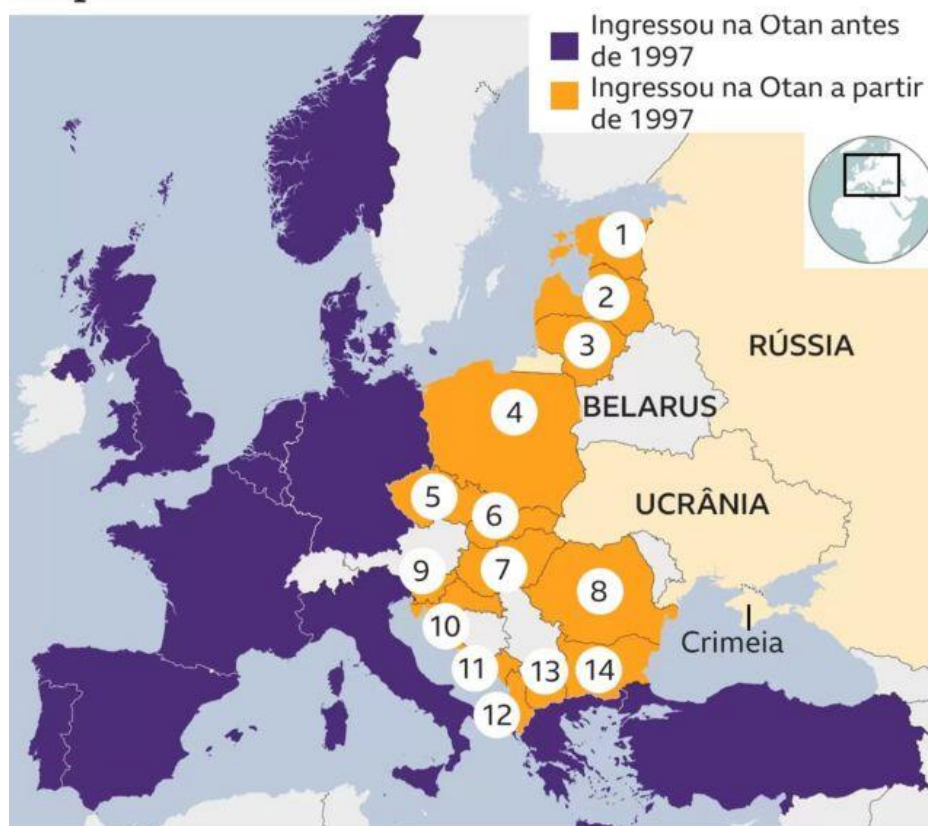
Nos anos 1990, a organização se envolveu na guerra civil iugoslava, na região dos Bálcãs, no sudeste da Europa. Sem consultar a ONU, seus aviões bombardearam forças sérvias que ameaçavam outros grupos étnicos envolvido no conflito. Aqui a OTAN atacou, mesmo sem nenhum país da aliança ter sido atacado, rompendo com o princípio de atuação defensiva.

Em 2001, a OTAN participou da invasão do Afeganistão e sua ocupação pelos Estados Unidos, pois os ataques terroristas ocorridos em setembro de 2001 foram considerados atos de guerra pelo governo estadunidense.

O grupo também continuou se ampliando, principalmente para a região do Leste Europeu, absorvendo países que eram integrantes do Pacto de Varsóvia e pertenciam à antiga esfera geopolítica soviética. Desde então, 18 outros países se juntaram à organização. As adesões mais recentes foram Montenegro, em 2017, e Macedônia do Norte, em 2020.

Observe essa expansão no mapa abaixo:

Expansão da Otan desde 1997



- | | | | |
|------------|--------------------|--------------|----------------------|
| ① Estônia | ⑤ República Tcheca | ⑨ Eslovênia | ⑬ Macedônia do Norte |
| ② Letônia | ⑥ Eslováquia | ⑩ Croácia | ⑭ Bulgária |
| ③ Lituânia | ⑦ Hungria | ⑪ Montenegro | |
| ④ Polônia | ⑧ Romênia | ⑫ Albânia | |

*A Rússia anexou a Crimeia em 2014

BBC

Nos anos recentes, a Ucrânia tem pleiteado a entrada ao grupo, o que não tem sido bem aceito pela Rússia. Como a União Soviética e a ameaça do comunismo não existem mais, a expansão da OTAN é vista por Moscou como a continuação de uma Guerra Fria e uma tentativa de cercar e isolar a Rússia. Dessa forma, a participação da Ucrânia na aliança militar representaria uma ameaça à segurança nacional russa.

Esse foi um dos fatores principais para justificar a ofensiva militar russa na Ucrânia em 2022. Mas, apesar das boas relações com os EUA e o Ocidente, a Ucrânia não é parte da OTAN, e não se beneficia do chamado Artigo 5º, que considera um ataque contra um dos membros como um ataque a todos.

BRICS

A sigla BRIC foi criada em 2001 pelo economista britânico Jim O'Neill e se refere aos quatro mais importantes países emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China. O estudo que cunhou a expressão estima que em 2050 o grupo poderá constituir a maior força econômica mundial, superando a União Europeia.

Em 2009, Brasil, Rússia, Índia e China formalizaram um grupo diplomático para discussão de iniciativas econômicas e posições políticas conjuntas, que realiza reuniões anuais com seus chefes de Estado. Em 2011, a África do Sul, na época a maior economia da África, foi convidada e passou a integrar o grupo.

Os cinco países dos BRICS têm características comuns: são países com indústria e economia em expansão, seu mercado interno está crescendo e incluindo milhões de novos consumidores. Quatro possuem territórios extensos e entre os maiores do mundo: Brasil, Rússia, China e Índia.

Também ancoram a economia desses países importantes fatores para o comércio internacional. A Rússia é rica em recursos energéticos e fornece petróleo, gás e carvão à União Europeia. O Brasil é grande exportador de minérios, como a África do Sul, e é o segundo maior exportador mundial de alimentos. China e Índia estão se tornando os maiores fabricantes e exportadores de produtos industriais na globalização.

O grupo criou o seu próprio banco de desenvolvimento, o Banco dos Brics (Novo Banco de Desenvolvimento – NDB) e um fundo financeiro de emergência, o Arranjo Contingente de Reservas. A criação do banco não significa que os países-membros do grupo não vão mais participar do Banco Mundial. O banco dos BRICS se coloca como mais uma alternativa de fomento ao desenvolvimento e está aberto a qualquer país do mundo.

O Arranjo Contingente de Reservas é um fundo financeiro de emergência para ajuda mútua e servirá para ajudar no controle do câmbio quando houver crises financeiras globais. Em momentos de especulação internacional, a tendência é o dólar disparar. O dinheiro do fundo servirá para segurar a cotação do dólar.

Há tempos, os países dos BRICS reclamam uma maior participação no poder de decisões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas instituições foram criadas um ano antes do final da Segunda Guerra Mundial, em 1944, na Conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos. Até hoje, quem detém o poder nelas são os Estados Unidos e a União Europeia.

A ordem econômica global atual não é mais a mesma do pós-guerra e do período da Guerra Fria, em que Estados Unidos, Japão, Reino Unido, França e Alemanha dominavam o mundo capitalista. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas, de certa forma, é uma resposta dos BRICS ao não atendimento das reivindicações dos países emergentes por maior distribuição do poder de decisões no Banco Mundial e FMI.

G20

O G-20 (Grupo dos Vinte) foi criado como consequência da crise financeira asiática de 1997. Os seus membros representam 90% do PIB mundial, 80% do comércio global e dois terços da população mundial. Discute medidas para promover a estabilidade financeira mundial, alcançar crescimento e desenvolvimento econômico sustentável. Após a eclosão da crise financeira mundial de 2008, tornou-se o mais importante fórum internacional de países para o debate das questões políticas e econômicas globais.

Os membros do G-20 são Argentina, Austrália, Brasil, China, Canadá, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia do Sul, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia.

G8 e G7

Trata-se de um grupo diplomático que reúne os sete principais países ricos industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo. Todos são nações democráticas: Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido. O grupo se reúne para discutir e alinhar posicionamentos sobre temas relevantes da economia e da política mundial.

Com a dissolução da União Soviética e a queda do socialismo real, a Rússia passou a ser membro do grupo, em 1998. Contudo, devido ao fato de ter anexado a Crimeia, a Rússia foi excluída do grupo em 2014, que voltou a se chamar G7.

O G7 é muito criticado por um grande número de movimentos sociais globais, que o acusam de decidir uma grande parte das políticas globais, sociais e ecologicamente destrutivas, sem qualquer legitimidade nem transparência.



Organismos, organizações e grupos internacionais

Organização das Nações Unidas (ONU)

Surgiu após a II Guerra Mundial. Tem como objetivo manter a paz, defender os direitos humanos e as liberdades fundamentais e promover o desenvolvimento dos países.

O Conselho de Segurança (CS) e a Assembleia Geral são as duas principais instâncias. A ONU atua em diversos conflitos por meio de suas forças internacionais de paz.

O Conselho de Segurança (CS) é formado por cinco membros permanentes: os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, a antiga União Soviética (atualmente a Rússia) e a China; outras dez nações participam do CS como membros rotativos (que se revezam a cada dois anos), mas apenas os membros permanentes têm poder de veto. O Brasil voltará a ocupar um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2022-2023, após 10 anos.

O Conselho é o órgão que toma as decisões mais importantes sobre segurança mundial. Tem poder para deliberar sobre o envio de missões de paz para áreas em conflito, definir sanções econômicas ou a intervenção militar num país.

A ONU também é formada por várias agências autônomas, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), UNESCO, Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Organização dos Estados Americanos (OEA)

Reúne os 35 países das três Américas e do Caribe. Possui quatro pilares de atuação: democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento.

Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)

Agrupar as 33 nações da América Latina e Caribe. Sua composição é equivalente à da OEA, sem Estados Unidos nem Canadá. Criado para ampliar a cooperação política e ajudar na resolução de problemas internos das nações participantes.

UNASUL e PROSUL

Unasul foi criada em 2008 com o objetivo de articular os países sul-americanos em âmbito cultural, social, econômico e político. Na época, a maioria de governos da América do Sul eram de esquerda. Divergências entre os países na Unasul levaram à saída da maioria dos países da entidade.

Em março de 2019, em Santiago, no Chile, os países dissidentes lançaram o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul). A ideia inicial é que o Prosul não deva ser um tratado e/ou um organismo, como a Unasul, e sim seguir os moldes de um agrupamento de países no formato de um fórum.

Fundo Monetário Internacional (FMI)

Organização financeira criada para promover a estabilidade monetária e financeira no mundo e oferecer empréstimos a países em dificuldades nesse quesito. Os empréstimos são concedidos em troca do comprometimento dos países com medidas de ajuste fiscal das contas públicas.

Banco Mundial

Tem como objetivo oferecer financiamento e assistência técnica a países para promover seu desenvolvimento econômico.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Articula políticas de educação, saúde, emprego e renda entre países ricos e alguns emergentes ou em desenvolvimento. Brasil não é membro da OCDE, mas almeja fazer da organização, tendo buscado apoio internacional neste sentido.

Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

Aliança política e militar composta, atualmente, por 30 países. Foi criada após a Segunda Guerra Mundial, em 1949, nos primeiros anos da Guerra Fria, por iniciativa dos norte-americanos e pauta-se pelo princípio da defesa coletiva, pelo qual um ataque armado contra um ou mais países membros será considerado uma agressão contra todos.

Em contraposição à criação da OTAN, a URSS e seus aliados do bloco socialista criaram o Pacto de Varsóvia, em 1955. Mas, ao longo da Guerra Fria, nenhum ataque aos membros da OTAN ou do Pacto de Varsóvia ocorreu. Frente ao colapso econômico e político, a União Soviética acabou em 1991, junto com o Pacto de Varsóvia.

A partir daí, a OTAN continuou se ampliando, principalmente para a região do Leste Europeu, absorvendo países que eram integrantes do Pacto de Varsóvia e pertenciam à antiga esfera geopolítica soviética. Desde então, 18 outros países se juntaram à organização.

Nos anos recentes, a Ucrânia tem pleiteado a entrada ao grupo, o que não tem sido bem aceito pela Rússia. Como a União Soviética e a ameaça do comunismo não existem mais, a expansão da OTAN é vista por Moscou como a continuação de uma Guerra Fria e uma tentativa de cercar e isolar a Rússia. Dessa forma, a participação da Ucrânia na aliança militar representaria uma ameaça à segurança nacional russa.

Esse foi um dos fatores principais para justificar a ofensiva militar russa na Ucrânia em 2022. Mas, apesar das boas relações com os EUA e o Ocidente, a Ucrânia não é parte da OTAN, e não se beneficia do chamado Artigo 5º, que considera um ataque contra um dos membros como um ataque a todos.

BRICs

Formado pelos cinco mais importantes países emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

São países com indústria e economia em expansão e mercado interno em crescimento, com a inclusão de milhões de novos consumidores. Quatro possuem territórios extensos e entre os maiores do mundo: Brasil, Rússia, China e Índia.

O grupo criou o seu próprio banco de desenvolvimento, o Banco dos Brics (Novo Banco de Desenvolvimento – NDB) e um fundo financeiro de emergência, o Arranjo Contingente de Reservas.

Grupo dos Vinte (G20)

Seus membros representam 90% do PIB mundial, 80% do comércio global e dois terços da população mundial. Discutem medidas para promover a estabilidade financeira mundial, alcançar crescimento e desenvolvimento econômico sustentável.

Após a eclosão da crise financeira mundial de 2008, tornou-se o mais importante fórum internacional de países para o debate das questões políticas e econômicas globais.

G8 e G7

Grupo diplomático que reúne os sete principais países ricos industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo: Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido. O grupo se reúne para discutir e alinhar posicionamentos sobre temas relevantes da economia e da política mundial.

Grupo é muito criticado por um grande número de movimentos sociais globais, que o acusam de decidir uma grande parte das políticas globais, sociais e ecologicamente destrutivas, sem qualquer legitimidade nem transparência.

GUERRA ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA

No dia 24 de fevereiro de 2022, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, anunciou, em um pronunciamento oficial, o início de uma "operação militar especial" na Ucrânia, ao mesmo tempo em que veículos militares russos cruzavam as fronteiras, iniciando, desse modo, a sua invasão militar nesse país.

"Operação militar especial" é como a Rússia denomina a invasão e a guerra com a Ucrânia.

Rapidamente, o conflito ganhou as principais páginas dos noticiários globais e passou a ser um dos assuntos mais comentados no planeta. Vários analistas consideraram essa como sendo a maior invasão militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

As tensões entre os dois países já vinham se acirrando alguns meses antes da invasão, quando a Rússia passou a distribuir mais de 100 mil soldados ao longo da fronteira com a Ucrânia e reconheceu a independência das regiões de Donetsk e Lugansk ou Luhansk.

O entendimento do conflito é um pouco complexo, pois envolve uma sucessão de momentos históricos que remetem à Guerra Fria, com a criação da OTAN e a anexação da Criméia pela Rússia, em 2014. Assim sendo, em um primeiro momento, faremos uma breve retrospectiva histórica para, depois, analisarmos o desenrolar do conflito. Antes de começar, contextualizaremos brevemente os dois países.

Rússia e Ucrânia são nações fronteiriças, situadas no extremo Leste europeu, na divisa do continente com a Ásia e banhadas pelo Mar Negro.



Fonte: <https://techbreak.ig.com.br/confira-o-mapa-das-cidades-ucranianas-atacadas-pela-russia/>

A Rússia, além de ser o país com o maior território do mundo (17.100.000 km²), está em 11º no ranking das maiores economias globais. Sua economia é diversificada e industrializada, mas tem como principal itens de

exportação e carro-chefe o gás natural e o petróleo, dos quais o país tem grandes fontes naturais. O gás natural da Rússia é exportado principalmente para países Europa, que dependem muito desse combustível fóssil. A Alemanha, quarta maior economia do mundo, é o principal comprador da energia russa. O país também é um grande exportador agrícola, sendo o maior exportador de trigo do mundo.

A Ucrânia (603.548 km²), por sua vez, é a segunda maior nação da Europa em área, atrás somente da Rússia, porém, está em 58º no ranking das maiores economias globais. Detentor de solos muito férteis, o país é um dos mais importantes produtores e exportadores agrícolas do mundo, desenvolvendo uma moderna produção agrícola, além de ter uma significativa produção mineral. Antes da guerra, era o terceiro maior exportador mundial de trigo e o quarto de milho. Na produção industrial, o país não tem muito destaque, mas conta com uma forte indústria no segmento de veículos de transportes e aeroespacial.

A questão da OTAN

Em 1917, a Revolução Russa, liderada por Vladimir Lenin, transformou essa nação em um país comunista. Foi criada a Rússia soviética, e o governo comunista unificou uma série de nações próximas que formaram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1922. A Ucrânia foi uma dessas nações.

Ao longo das décadas seguintes, a URSS apresentou significativo crescimento industrial e econômico, participando ativamente na derrota dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, lutando ao mesmo lado de Estados Unidos, Reino Unido e França.

Ao final da guerra, Reino Unido e França, duas das maiores potências da época, enfraqueceram-se econômica, militar e politicamente. Assim, os Estados Unidos e a União Soviética despontaram como as duas grandes potências mundiais. Contudo, a divergência ideológica entre os dois países, que seguiam linhas político-econômicas diferentes, deteriorou suas relações, transformando-se em um confronto indireto.

Entre os anos de 1947 e 1991, o mundo passou pelo período conhecido como **Guerra Fria**, em que os norte-americanos e os soviéticos disputaram o controle hegemônico do planeta. Os EUA defendiam o capitalismo e a URSS o socialismo. Cada um deles, ao mesmo tempo que fazia esforços para ampliar sua área de influência, tentava conter a expansão do outro. Esses dois países influenciaram o mundo todo no campo político, econômico e ideológico. Poucos permaneceram neutros. Por isso, o período é caracterizado pela bipolarização do mundo.

Como não foi uma guerra direta, ela é denominada “fria”. O arsenal de armas nucleares de ambos os países tornaria um conflito direto insustentável, podendo destruir o mundo mais de uma vez.

Em meio a esse contexto, no ano de 1949, foi fundada a **Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)**, uma aliança militar liderada pelos Estados Unidos, formada inicialmente por 12 países: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Reino Unido.

Entre seus objetivos estavam conter e limitar a expansão da União Soviética (URSS), de ajuda mútua e caráter defensivo. A OTAN não atacaria outro país, mas, se um membro da organização for atacado, os demais países-membros deveriam reagir como se a sua própria nação tivesse sido ultrajada.

Em contraposição à criação da OTAN, a URSS e seus aliados do bloco socialista criaram o **Pacto de Varsóvia**, em 1955.

Ao longo das décadas seguintes, o descontentamento popular na URSS foi pressionando a estabilidade do socialismo soviético e do regime do socialismo real nos países socialistas. Em 8 de novembro de 1989, manifestantes derrubam o **Muro de Berlim**, maior símbolo da Guerra Fria. Em março de 1991, uma conferência de ministros dos países-membros do Pacto de Varsóvia anunciava o fim da organização militar que rivalizou com a OTAN. Após intensa crise, a URSS deixou de existir em dezembro de 1991.

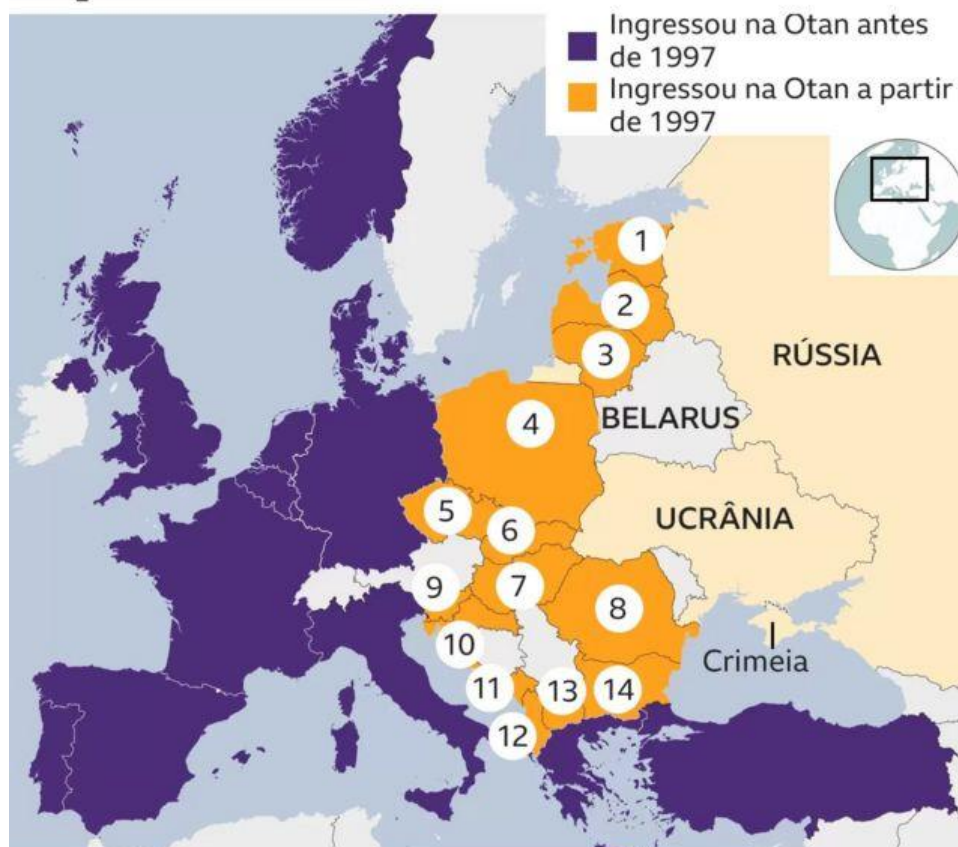
Com o fim da União Soviética, da Guerra Fria e da dissolução do Pacto de Varsóvia, em 1991, a OTAN passou a assumir novos papéis. Além de ver o terrorismo como nova ameaça, a organização começou a atuar em outros campos, colaborando com operações de paz e de ajuda humanitária.

A organização militar também passou a se expandir para o Leste Europeu, englobando países que eram integrantes do Pacto de Varsóvia e ex-repúblicas soviéticas, chegando na possível adesão da Ucrânia à aliança militar, que passou a pleitear a entrada no grupo. Atualmente, a Ucrânia é um "país parceiro" do grupo, o que significa que pode ser autorizada a ingressar na aliança em algum momento no futuro.

Esse foi um dos fatores principais para justificar a ofensiva militar russa no país. Como a União Soviética e a ameaça do comunismo não existem mais, a expansão da OTAN é vista por Moscou como a continuação de uma Guerra Fria e uma tentativa de cercar e isolar a Rússia. Dessa forma, a participação da Ucrânia na aliança militar representaria uma ameaça à segurança nacional russa.

Segundo a narrativa defendida pelo Kremlin e seus apoiadores, a invasão à Ucrânia seria uma reação às ações tomadas pela própria OTAN contra os interesses russos.

Expansão da Otan desde 1997



- | | | | |
|------------|--------------------|--------------|----------------------|
| ① Estônia | ⑤ República Tcheca | ⑨ Eslovênia | ⑬ Macedônia do Norte |
| ② Letônia | ⑥ Eslováquia | ⑩ Croácia | ⑭ Bulgária |
| ③ Lituânia | ⑦ Hungria | ⑪ Montenegro | |
| ④ Polônia | ⑧ Romênia | ⑫ Albânia | |

*A Rússia anexou a Crimeia em 2014

BBC

A Criméia e os territórios separatistas pró-Rússia

Durante quase todo o século XX, a Ucrânia fez parte da União Soviética, até sua independência, em 1991. Desde então, o país passou a olhar em uma outra direção, do Oriente para o Ocidente, da Rússia para a União Europeia, tendo os exemplos de Polônia, Eslováquia e Hungria - todos membros da União Europeia - em seu horizonte.

A Ucrânia, contudo, não completou esse movimento porque duas forças contrárias a paralisam. De um lado, está a parte ocidental do país, onde vivem as gerações mais jovens e de onde partiu o movimento de aproximação da União Europeia. Do outro, está a parte oriental e Sul, mais próxima à Rússia. Por fim, de cada

um desses lados, existem interesses e pressões de grandes potências mundiais, em que pesa a posição da Rússia de querer continuar com uma grande influência sobre a Ucrânia. O presidente russo, Vladimir Putin, não aceita o deslocamento geopolítico da Ucrânia em direção à União Europeia, tampouco a possibilidade de ingresso do país na aliança militar da OTAN.

Ucrânia dividida

Regiões onde a maioria fala ucraniano querem proximidade com a União Europeia; área onde a língua russa predomina prefere influência de Moscou



.com.br

Infográfico atualizado em 11/05/2014

Em 2013, o então presidente ucraniano, Viktor Yanukovych, pró-Rússia, desistiu de assinar um acordo de associação e livre-comércio com a União Europeia. Essa ação era um passo essencial para o país ser aceito como candidato a membro da comunidade europeia. O presidente admitiu a influência dos russos na decisão.

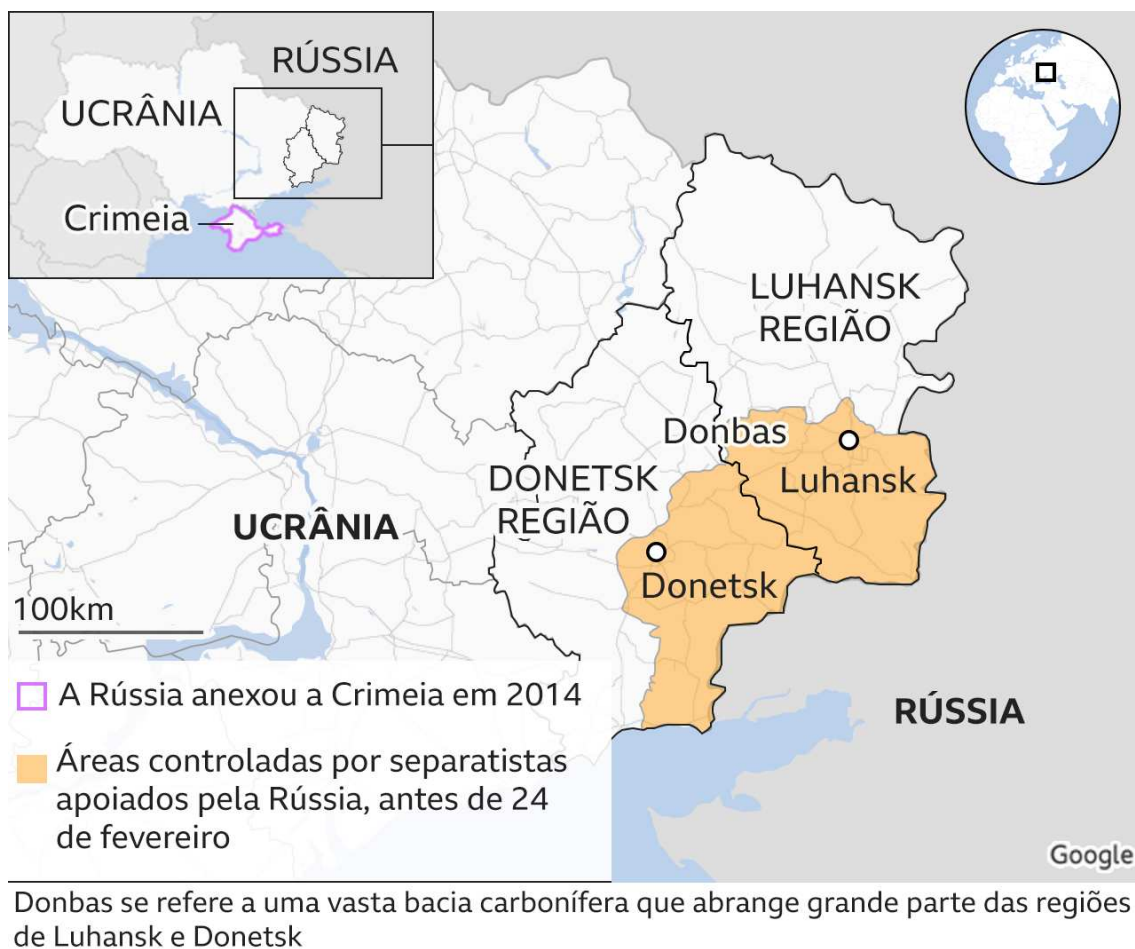
A escolha de Yanukovych de não assinar o acordo com a UE desencadeou uma onda de protestos que durou mais de três meses se espalhou pelo país, levando dezenas de milhares de pessoas às ruas. O resultado disso foram centenas de mortes e a queda do seu governo. O presidente Yanukovych fugiu para a Rússia. O processo ficou conhecido como **Euromaidan**.

Ato contínuo à queda de Yanukovych, na península da Crimeia, milícias pró-Rússia ocuparam rapidamente prédios públicos, aeroportos, postos de controle, bases militares etc. Nessa península, a maioria da população é de etnia russa e a grande maioria fala o idioma russo. Os russos da Crimeia apoiaram as milícias, e o parlamento local aprovou a incorporação da região a Rússia. A decisão parlamentar foi confirmada pela população no referendo realizado em 16 de março de 2014. **No dia 22 de março, a Crimeia e a cidade portuária de Sebastopol passaram a fazer parte da Federação Russa.**

Após a Criméia, a onda autonomista/separatista chegou ao Leste da Ucrânia, na região conhecida como **Donbas**, região mais industrializada do país e com uma grande população de etnia e falante do idioma russo. Importantes cidades do Leste, como Donetsk e Lugansk, foram tomadas e mantiveram-se desde então sob o controle de grupos armados pró-Rússia.

Sobre essa região, no dia 21 de fevereiro de 2022 - apenas algumas horas antes de anunciar a ofensiva militar na Ucrânia -, Vladimir Putin reconheceu oficialmente a **independência e a soberania das autoproclamadas Repúblicas Populares de Lugansk e Donetsk**.

Putin acusa também o governo ucraniano de **genocídio** contra ucranianos de origem étnica russa que vivem nessas regiões separatistas.



B B C

O conflito

Imaginava-se que a Rússia conseguiria rapidamente avançar e conquistar territórios ucranianos, mas, desde o início do conflito, a Ucrânia tem conseguido estabelecer uma forte resistência contra os ataques russos e a expansão de suas tropas. Essa resistência, entretanto, não tem sido suficiente para impedir o avanço e a destruição causada pelos russos.

Inicialmente, os russos tentaram tomar diversas partes da Ucrânia com bombardeios e invasão de tropas, incluindo a capital Kiev. No entanto, depois de alguns fracassos, inclusive na capital, os russos passaram a concentrar seus esforços no Donbas, no Sul e Leste da Ucrânia.

A cidade portuária de **Mariupol**, no mar de Azov, se tornou o centro urbano mais fortemente bombardeado e afetado na guerra. Seu controle é considerado estratégico pela Rússia, pois permitiria a ligação da Criméia com a região do Donbas, além de ser um importante centro industrial de importações e exportações para a Ucrânia.

Mariupol também é o lar de uma unidade de milícia ucraniana, incorporada ao exército ucraniano, chamada **Batalhão Azov**, que contém extremistas de direita, incluindo neonazistas. Embora corresponda apenas a uma fração mínima das forças de combate da Ucrânia, essa tem sido uma ferramenta útil de propaganda para Moscou, oferecendo um pretexto para dizer à população da Rússia que os jovens enviados para lutar na Ucrânia estão lá para livrar seu vizinho de neonazistas. Dentre suas alegações, Putin chegou a mencionar que a invasão tenta "**desmilitarizar e desnazificar**" a Ucrânia.

Desde que Moscou deu início à invasão, os principais aliados do governo do presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, têm sido os Estados Unidos, a OTAN, a União Europeia e alguns outros países tradicionalmente aliados dos Estados Unidos, como o Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

Os Estados Unidos, principalmente, a OTAN e a União Europeia estão fortemente enviando armas e dando apoio militar diverso para a Ucrânia, assim como ajuda humanitária.

O amparo à Ucrânia também foi manifestado nas vias diplomáticas, por meio de declarações oficiais e votos para **condenar a ação militar da Rússia na ONU**.

A imposição de um conjunto sem precedentes de **sanções econômicas, financeiras e políticas** contra a Rússia, as empresas russas, os oligarcas e as autoridades políticas também é uma forma de demonstrar apoio. As sanções têm como intuito pressionar a economia russa, em uma tentativa de enfraquecê-la a tal ponto que desista da invasão.

Os governos de vários países que apoiam a Ucrânia adotaram medidas que afetaram os meios de transporte, as transações financeiras e a distribuição de combustíveis e alimentos. Entre essas diversas sanções está a remoção de diversos bancos russos do **Swift**, um sistema de comunicação que permite o pagamento e a transferência de recursos entre empresas de diferentes países, padronizando as informações financeiras.

A instabilidade gerada pela guerra e pelas sanções econômico-financeiras elevou o preço do petróleo e derivados, de determinados alimentos, como o trigo, milho e óleos vegetais, e de minérios pelo mundo. As sanções não têm afetado somente a Rússia, mas os países que aplicaram as sanções também sentem os seus efeitos no aumento dos preços e na inflação.

Nem todos os países repudiam a iniciativa de Vladimir Putin. Alguns líderes manifestaram apoio direto à Moscou. É o caso de Belarus, nação localizada entre a Rússia e a Ucrânia e que disponibilizou seu território como ponto de partida para parte da invasão executada pelo Kremlin. Síria, Venezuela, Cuba e Nicarágua também se posicionaram como aliados de Vladimir Putin.

Já a China tem adotado uma postura mais ambígua. Ao mesmo tempo em que demonstra proximidade e condena as sanções financeiras aplicadas a Moscou, Pequim já chegou a pedir em alguns momentos a diminuição das tensões e até se ofereceu para enviar ajuda humanitária à Ucrânia.

Crise migratória

Conforme o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), mais de 10 milhões de ucranianos deixaram suas casas até o final de abril de 2022. Mais de 5 milhões foram para outros países, a maioria crianças e mulheres, e há mais de 6 milhões de deslocados internos que foram para regiões da Ucrânia onde não há guerra. Países europeus, principalmente os vizinhos, têm recebido os refugiados. A Polônia é o país que mais acolheu refugiados ucranianos. Essa onda migratória é considerada a mais intensa desde a Segunda Guerra Mundial no continente europeu. O Brasil e países de outros continentes também receberam refugiados ucranianos.



Guerra entre Rússia e Ucrânia

No dia 24 de fevereiro de 2022, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, anunciou, em um pronunciamento oficial, o início de uma "operação militar especial" na Ucrânia.

O entendimento do conflito é um pouco complexo, pois envolve uma sucessão de momentos históricos que remetem à Guerra Fria, com a criação da OTAN e a anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014.

A Questão da OTAN - Entre os anos de 1947 e 1991, o mundo passou pelo período conhecido como Guerra Fria, em que os norte-americanos e os soviéticos disputaram o controle hegemônico do planeta. Os EUA defendiam o capitalismo e a URSS o socialismo.

Em meio a esse contexto, no ano de 1949, foi fundada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma aliança militar liderada pelos Estados Unidos, formada inicialmente por 12 países, que tinha entre um de seus objetivos conter e limitar a expansão da União Soviética (URSS).

Após intensa crise, em dezembro de 1991, a URSS deixou de existir, mas a OTAN continuou existindo, e passou a se expandir para o Leste Europeu, chegando na possível adesão da Ucrânia à aliança militar, que passou a pleitear a entrada no grupo. Atualmente, a Ucrânia é um "país parceiro" do grupo, o que significa que pode ser autorizada a ingressar na aliança em algum momento no futuro.

Esse foi um dos fatores principais para justificar a ofensiva militar russa no país. Como a União Soviética e a ameaça do comunismo não existem mais, a expansão da OTAN é vista por Moscou como a continuação de uma Guerra Fria e uma tentativa de cercar e isolar a Rússia. Dessa forma, a participação da Ucrânia na aliança militar representaria uma ameaça à segurança nacional russa.

Segundo a narrativa defendida pelo Kremlin e seus apoiadores, a invasão à Ucrânia seria uma reação às ações tomadas pela própria OTAN contra os interesses russos.

A questão da Criméia e os territórios separatistas pró-Rússia - No ano de 2014, milícias pró-Rússia ocuparam a península da Criméia, onde a maioria da população é de etnia russa e a grande maioria fala o idioma russo. Os russos da Criméia apoiaram as milícias, e o parlamento local aprovou a incorporação da região a Rússia. Um referendo votado pela população aprovou por maioria a anexação da região à Rússia. Assim, em março de 2014, a Crimeia e a cidade portuária de Sebastopol passaram a fazer parte da Federação Russa.

Após a Criméia, a onda autonomista/separatista chegou ao Leste da Ucrânia, na região conhecida como Donbas, a mais industrializada do país e com uma grande população de etnia e falante do idioma russo. Importantes cidades do Leste, como Donetsk e Lugansk, foram tomadas e mantiveram-se desde então sob o controle de grupos armados pró-Rússia.

Sobre essa região, no dia 21 de fevereiro de 2022 - apenas algumas horas antes de anunciar a ofensiva militar na Ucrânia -, Vladimir Putin reconheceu oficialmente a independência e a soberania das autoproclamadas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk.

Putin acusa também o governo ucraniano de genocídio contra ucranianos de origem étnica russa que vivem nessas regiões separatistas.

O conflito - Inicialmente, os russos tentaram tomar diversas partes da Ucrânia com bombardeios e invasão de tropas, incluindo a capital Kiev. No entanto, depois de alguns fracassos, inclusive na capital, os russos passaram a concentrar seus esforços no Donbas, no Sul e Leste da Ucrânia.

A cidade portuária de Mariupol, no mar de Azov, se tornou o centro urbano mais fortemente bombardeado e afetado na guerra. Essa cidade também é o lar de uma unidade de milícia ucraniana, incorporada ao exército ucraniano, chamada Batalhão Azov, que contém extremistas de direita, incluindo neonazistas.

Desde que Moscou deu início à invasão, os principais aliados do governo do presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, têm sido os Estados Unidos, a OTAN, a União Europeia e alguns outros países tradicionalmente aliados dos norte-americanos, como o Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

Esses países estão fortemente enviando armas e dando apoio militar diverso para a Ucrânia, assim como ajuda humanitária.

O amparo à Ucrânia também foi manifestado nas vias diplomáticas, por meio de declarações oficiais e votos para condenar a ação militar da Rússia na ONU.

Além disso, os governos de vários países que apoiam a Ucrânia impuseram um conjunto sem precedentes de sanções econômicas, financeiras e políticas contra a Rússia, as empresas russas, os oligarcas e as autoridades políticas.

Crise migratória - Conforme o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), mais de 10 milhões de ucranianos deixaram suas casas até o final de abril de 2022. A Polônia é o país que mais acolheu refugiados ucranianos.

AMÉRICA LATINA

O continente americano ou a América se divide em América do Sul, América Central e América do Norte. É uma classificação meramente geográfica.

Já a expressão “**América Latina**” é usada comumente para se referir a todos os países do continente americano com exceção dos Estados Unidos e do Canadá. Contudo, não há nenhuma “lista” oficial de países “latino-americanos” e as diversas fontes de informação divergem um pouco quanto aos países que realmente fariam parte da América Latina.

Porém, aceita-se largamente que a América Latina é composta pelos países da América do Sul, América Central (istmo e ilhas) e México (América do Norte). Nesse espaço geográfico, grande parte da população é falante de línguas latinas, em países ou territórios colonizados por Portugal, Espanha e França.

América Latina



Neste tópico, as bancas costumam cobrar conhecimentos sobre eleições presidenciais e parlamentares, sobre rumores de corrupção em países, relacionados a situações de instabilidade e/ou mudança política e econômica e sobre grandes tragédias, tais como desastres naturais, ambientais e chacinas.

As cobranças mais frequentes são sobre eleições presidenciais. No século XXI, temos visto uma gangorra ideológica na América do Sul. Na primeira década desse século e em parte da segunda década, a centro-esquerda e a esquerda estiveram no poder em grande parte dos países da América do Sul e em parte dos países da América Central, no que ficou conhecida como a “onda vermelha”. Mas já na segunda década, tivemos uma ascensão de partidos e presidentes do espectro político da direita ao centro. No final da segunda década e início da terceira, a centro-esquerda/esquerda voltou a vencer eleições presidenciais em importantes países latinos.

Argentina

Há vários anos o país convive com uma série de problemas econômicos e sociais como a inflação elevada, o desequilíbrio das contas públicas, baixas reservas internacionais, escassez de dólares para o pagamento de importações, desemprego elevado e o aumento da pobreza. Em 2015, Mauricio Macri, de orientação liberal e de centro-direita, foi eleito com a promessa de recuperar a economia argentina e melhoria da condição social. Contudo, ao longo do seu governo a situação econômico-social piorou. O país fechou 2018 e 2019 com crescimento negativo do PIB, em recessão econômica. O desemprego continuou elevado e a pobreza cresceu. A Argentina teve que recorrer, em 2018, a um empréstimo de US\$ 57 bilhões junto ao FMI para fazer frente a compromissos financeiros.

Diante deste quadro, a oposição peronista despontou como favorita nas eleições presidenciais de 2019 e sagrou-se vencedora. O pleito foi realizado em 27 de outubro de 2019 e o candidato a presidente Alberto Fernández, da Aliança Frente de Todos, do Partido Justicialista (peronista) venceu no primeiro turno. A ex-presidente Cristina Kirchner foi eleita vice-presidente na chapa de Alberto Fernández. Pesam contra ela denúncias, investigações e processos judiciais por corrupção, relativos ao período em que esteve no poder, que atingem também seu círculo político próximo. Alberto Fernández tomou posse em 10/12/2019.

A situação social e econômica continua muito difícil e se agravou com a pandemia de Covid-19. O país foi um dos mais gravemente afetados pelo novo coronavírus. A situação socioeconômica seguiu muito difícil e se agravando no governo de Alberto Fernández.

Uruguai

A Frente Ampla, coalizão de partidos de esquerda, governou o país de 2005 a 2020. Nesse período teve como presidentes Tabaré Vázquez, duas vezes, e José “Pepe” Mujica. A Frente Ampla aprovou no legislativo várias medidas consideradas polêmicas, que dividem opiniões, como a legalização do aborto, o uso recreativo e plantio da maconha para consumo próprio.

Foi um período em que o país conviveu com a estabilidade política, sem grandes escândalos de corrupção. O PIB cresceu continuamente desde 2003, mas passou a crescer menos desde 2015. O Uruguai apresenta bons indicadores sociais.

Contudo, longos períodos no poder geram um desgaste natural. Ao mesmo tempo, questões como segurança e educação tomaram espaço no debate, revelando descontentamentos da população uruguaia. O país registrou recorde no número de homicídios em 2018. Em comparação com o Brasil, a violência no Uruguai é drasticamente menor, mas considerada alta para os padrões dos uruguaios.

O segundo turno das eleições no Uruguai ocorreu em 24 de novembro de 2019, com a vitória de Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, de centro-direita, derrotando Daniel Martínez, da Frente Ampla. Lacalle Pou foi empossado como presidente em 01/03/2020 e a sua campanha teve como principais bandeiras a modernização da educação, um enxugamento dos gastos públicos e a segurança pública, prometendo reforçar a polícia e realizar um maior enfrentamento da criminalidade. A vitória do candidato do Partido Nacional encerrou um período de 15 anos da Frente Ampla no governo Uruguai.

Bolívia

Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), de esquerda, governou o país de 22 de janeiro de 2006 a 10 de novembro de 2019.

Em 2009, uma nova Constituição foi instituída, estabelecendo o mandato presidencial de cinco anos, com uma reeleição. Como a Constituição era nova, a eleição de Evo Morales não entrou na contabilidade como sendo o seu primeiro mandato presidencial. Assim, Evo Morales concorreu a presidente e se elegeu no final de 2009 e reelegeu-se no final de 2014, sendo este seu segundo mandato, não podendo mais concorrer à reeleição.

Desejando concorrer a um quarto mandato, o governo propôs um referendo para mudar a Constituição, em 2016, para remover as restrições sobre o número de mandatos presidenciais consecutivos no país. A campanha entre o "sim" à emenda, promovida pelo governo, e o "não", promovida pela oposição, foi acirrada, assim como o resultado final: o "não" venceu com 51,3% dos votos, contra 48,7% para o "sim".

Entretanto, o então presidente não desistiu e o seu partido entrou com uma ação no Tribunal Constitucional contra o limite de reeleições, com base na Declaração Universal de Direitos Humanos, segundo a qual não se pode impedir um cidadão de se candidatar. Em novembro de 2017, o Tribunal decidiu que o limite de dois mandatos presidenciais era "uma violação dos direitos humanos", e autorizou uma nova candidatura do presidente.

Ex-líder cocaleiro, Morales foi o primeiro indígena a chegar ao poder no país. O seu governo foi outro caso de sucesso econômico e social na região. O PIB cresceu a uma média anual de 5% na última década do governo. A pobreza e a desigualdade social reduziram-se expressivamente no país.

A Bolívia é rica em recursos minerais. O governo teve momentos de nacionalismo, com a nacionalização da exploração mineral do gás natural e do petróleo.

As eleições presidenciais e parlamentares ocorreram no dia 20 de outubro de 2019, com a vitória de Evo Morales no primeiro turno, mas o escrutínio foi posto sob questionamento com a suspeita de fraude na apuração dos votos. A oposição contestou o resultado e nos dias seguintes, uma onda de protestos se

espalhou por várias cidades do país, com atos de violência, confrontos com a polícia e entre apoiadores de Evo e membros da oposição.

Diante da grande contestação aos resultados, o governo da Bolívia acertou com a Organização dos Estados Americanos (OEA), a realização de uma auditoria na apuração dos votos e se comprometeu a convocar novas eleições se a entidade encontrasse irregularidades na contagem dos votos. A OEA fez a auditoria e apresentou um relatório preliminar demonstrando várias irregularidades, propondo a anulação da votação, a realização de nova eleição, a destituição dos juízes do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) e nomeação de novos juízes. O presidente Evo Morales acatou as recomendações da OEA, convocando novas eleições e destituindo os juízes do Tribunal Eleitoral.

Contudo, os protestos não cessaram e estavam ocorrendo conflitos entre apoiadores do governo e da oposição. Policiais se amotinaram e se negaram a reprimir as manifestações nos departamentos de Cochabamba, Sucre, Santa Cruz e La Paz. Os comandantes da polícia e do exército sugeriram ao presidente que ele renunciasse para pacificar o país. Em 10 de novembro de 2019, Evo Morales renunciou à presidência, vindo a receber asilo político no México, indo posteriormente para a Argentina, que lhe concedeu o status de refugiado.

Renunciaram também toda a linha sucessória do ex-presidente. Diante dessa situação, a segunda vice-presidente do Senado, a opositora Jeanine Añez, se autoproclamou presidente da Bolívia em 12 de novembro, prometendo convocar eleições em até 90 dias. Pouco depois do anúncio, o Tribunal Constitucional da Bolívia reconheceu, em comunicado, o ato da senadora que a proclamou como nova presidente boliviana.

Em dezembro de 2019, a Assembleia Nacional elegeu os novos juízes do Tribunal Supremo Eleitoral. As novas eleições presidenciais, inicialmente marcadas para o dia 3 de maio de 2020, foram adiadas, em função da pandemia do coronavírus. Evo Morales foi proibido de participar da nova eleição.

Realizadas em outubro de 2020, Luis Arce, do Movimento ao Socialismo, aliado de Evo Morales, foi eleito o novo presidente da Bolívia, vencendo no primeiro turno, com 55% dos votos. A Organização dos Estados Americanos (OEA), uma das principais vozes responsáveis pela anulação da eleição presidencial de 2019, atestou a lisura do pleito e reconheceu a vitória de Arce. O MAS elegeu também a maioria dos deputados federais, senadores e governadores. O atual presidente foi empossado em 08/11/2020.

Evo Morales, refugiado na Argentina desde 2019, voltou ao país, com a vitória de Luis Arce.

Chile

Nos meses de outubro e novembro de 2019, o Chile viveu uma situação de agitação social e de violência não registrada desde o retorno da democracia, após a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). O estopim desta crise foi o aumento das passagens do metrô da capital Santiago em 3,75% nos horários de pico, de 800 para 830 pesos, o equivalente a 15 centavos de real.

O aumento ocorreu em 06 de outubro de 2019, a partir daí, estudantes universitários começaram a protestar pulando as catracas para entrar nas plataformas do metrô sem pagar a passagem. A situação se agravou

quando os protestos tomaram as ruas da capital chilena, com grandes manifestações populares, com grupos minoritários de manifestantes perpetrando atos de violência, com incêndios em várias estações de metrô e ônibus, saques a supermercados, lojas e farmácias e ataques a centenas de estabelecimentos públicos.

O momento mais marcante aconteceu na noite do dia de 18 de outubro, quando foi queimado um edifício de mais de 20 andares que sediava a maior companhia de energia do país, a Enel.

Em decorrência desses acontecimentos, o presidente chileno, Sebastián Piñera, declarou **estado de emergência**, o que significou o envio de militares para os pontos de protesto, e ordenou **toque de recolher**. Mesmo assim, os protestos continuaram e Piñera foi forçado a ceder, suspendendo o aumento da tarifa do metrô.

No entanto, a medida não fez com que a população parasse de protestar. O aumento das passagens do metrô foi apenas o estopim para que os chilenos aumentassem as suas reivindicações, que refletiam as suas insatisfações com a situação econômica e social no país. Os protestos continuaram e passaram a englobar outras pautas, tais como:

- **Redução da desigualdade social:** o país tem o maior Índice de Desenvolvimento Humano da América Latina (0,843, em 2017) e a maior renda per capita (13.481 euros em 2018), o que contrasta com a sua elevada desigualdade, sendo o segundo país mais desigual na distribuição da renda na América Latina, atrás somente do Brasil.

- **Privatização e os altos custos dos serviços básicos, como da eletricidade e da água e do sistema de previdência social:** A partir das reformas realizadas durante o regime militar de Augusto Pinochet (1973-1989), a educação, a saúde e o sistema de aposentadorias passaram a funcionar a partir do mercado privado, ainda que contando com alguns subsídios públicos. O sistema de aposentadorias é um dos pontos de maior insatisfação para os chilenos. Atualmente, os trabalhadores têm que depositar cerca de 12% dos salários em contas individuais, controladas por instituições privadas. Os aposentados recebem, em média, meio salário mínimo.

- **A elaboração de uma nova Constituição** que substitua o texto atual, feito durante a ditadura militar;

Depois de intensas negociações, Piñera e o Congresso chileno anunciaram um pacote de medidas sociais, com o incremento às aposentadorias, a criação de um teto para os gastos com medicamentos, aumento do salário mínimo, redução nas tarifas de energia elétrica e redução da tarifa de transporte público para aposentados.

Além disso, prometeu realizar uma redução de salários de parlamentares e de funcionários públicos com altos rendimentos, redução no número de parlamentares e um limite no número de vezes para a reeleição legislativa e o aumento dos impostos para os ricos. O estado de emergência foi revogado.

Por fim, aprovou um acordo para convocar um plebiscito para decidir mudar ou não a Constituição. O plebiscito foi realizado no mês de outubro de 2020. Cerca de 80% dos eleitores votaram a favor da elaboração de um novo texto constitucional. Em maio de 2021, foi realizada as eleições para os constituintes da convenção constitucional (assembleia constituinte exclusiva). A composição do colegiado teve paridade de gênero e cotas especiais para os povos originários.

O acordo para a elaboração da nova Constituição estabeleceu que após a conclusão do texto, esse seria submetido ao referendo popular. O texto foi concluído pela Convenção Constitucional e submetido ao referendo em setembro de 2022. Cerca de 60% da população votou pela rejeição do texto. Com isso, a Constituição da época da ditadura de Augusto Pinochet, continuará a vigor.

Apoiada pelo presidente **Gabriel Boric** (eleito em dezembro de 2021), a proposta ambicionava consagrar um novo catálogo de direitos sociais em termos de saúde, educação e previdência, com ênfase ambiental; paridade entre homens e mulheres; estado plurinacional, com autonomia dos povos nativos e um sistema político mais democrático. Alguns desses elementos assustaram parte de população e provocaram divisões no país.

No entanto, há um entendimento de que a Constituição atual, marcadamente liberal, não é mais compatível com a sociedade chilena atual. Os políticos chilenos entabulam negociações para a convocação de uma nova Assembleia Constituinte com um número menor de representantes e que seja incumbida de escrever um texto mais sucinto em um prazo mais curto.

Peru

Desde 2016, quando a empreiteira brasileira **Odebrecht** começou a cooperar com a operação Lava Jato para revelar esquemas de pagamentos de propinas, a política peruana tem passado por momentos muito conturbados.

A operação revelou que, entre 2005 e 2014, US\$ 29 milhões foram pagos a funcionários do governo peruano para a obtenção de vantagens. Dentre esses funcionários, foram citados os nomes de 4 ex-presidentes que governaram o país de 2001 a 2018: Alejandro Toledo (2001-2006), Alan Garcia (2006-2011), Ollanta Humala (2011-2016) e Pedro Pablo Kuczynski, que governou de 2016 a março de 2018, quando renunciou.

Também foi citada Keiko Fujimori, uma das principais lideranças políticas do país. Filha do ex-presidente Alberto Fujimori (1990-2000), Keiko passou quase um ano presa, entre 2018 e 2019, por obstrução de justiça. Ela é acusada de ter recebido US\$ 1,2 milhão em fundos ilícitos por parte da Odebrecht em sua campanha para a eleição presidencial em 2011.

Após a renúncia de Pedro Pablo Kuczynski, devido a um processo de impeachment, relacionado a acusações de corrupção com a Odebrecht, três presidentes chegaram a assumir a pasta, sendo que o último, Martin Vizcarra, sofreu impeachment em novembro de 2020, acusado de corrupção. No governo de Vizcarra, o Congresso foi dissolvido e novas eleições parlamentares foram realizadas.

Em 2021, foram realizadas eleições presidenciais. No segundo turno, saiu-se vencedor o esquerdista e líder sindical **Pedro Castillo**, do partido Peru Libre, que venceu a direitista Keiko Fujimori, do partido Fuerza Popular. A posse ocorreu em julho de 2021. Seu governo tem sido marcado por polêmicas, passando por múltiplas mudanças de ministros, renúncia do seu próprio partido, investigações por suposta corrupção e forte oposição política.

Castillo também enviou um projeto de reforma constitucional ao Congresso do Peru, para que a população decidisse se autorizaria uma Assembleia Constituinte a elaborar uma nova Constituição, e criou programas de transferência de renda destinados às famílias mais pobres e à pequenos agricultores do Peru.

Como em grande parte da América Latina e do mundo, o Peru tem como um de seus principais desafios conter o aumento acentuados de preços.

Cuba

A República de Cuba é um país localizado no mar do Caribe, na região da América Central. É o único país socialista das Américas. O Partido Comunista é o único existente em Cuba. Não há eleições democráticas, liberdade de organização política, liberdade de imprensa e liberdade de expressão. Os cubanos também enfrentam dificuldades para deixar o país. Seu atual presidente é Miguel Díaz-Canel, o primeiro nascido depois da Revolução Cubana de 1959.



Localização de Cuba. Disponível em: <http://loucosporpraia.com.br/onde-fica-cuba/>

Na década de 1950, no contexto da Guerra Fria, uma guerrilha comandada por Fidel Castro depôs o governo de Fulgêncio Batista, que era apoiado pelos Estados Unidos. Assim, instalou-se na ilha um governo socialista, que contou com grande apoio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Em reação, os Estados Unidos decretaram um embargo econômico, vigente até os dias atuais, que proíbe não apenas o comércio entre os dois países, mas também que norte-americanos viajem para Cuba. O embargo é condenado pelas ONU e pela grande maioria dos países, pois exerce um grande peso sobre a economia cubana e sufoca seu comércio exterior.

Em 2014, no governo de Barack Obama, Cuba e Estados Unidos anunciaram a retomada das relações diplomáticas após mais de 50 anos de rompimento. Entretanto, o embargo econômico não foi revogado. Cuba foi retirada da lista norte-americana dos países que apoiam o terrorismo. As relações entre os dois países foram formalmente retomadas com a reabertura das embaixadas de Cuba, em Washington, e dos EUA, em Havana.

Com a chegada de Donald Trump à presidência dos EUA, em 2017, a reaproximação entre os dois países foi congelada e retrocedeu, situação que permanece igual no governo de Joe Biden.

Em abril de 2019, entrou em vigor uma nova Constituição em Cuba, que substituiu a de 1976. Embora apresente algumas mudanças, não alterou estruturalmente o regime político vigente. Cuba continua sendo um país socialista, e o partido comunista é o único reconhecido na ilha. A propriedade privada foi reconhecida, mas com limites. A posse das terras continua sendo uma exclusividade do Estado. Foi proibida a discriminação de pessoas LGBT, considerando que o Estado é laico, e permitida a liberdade de imprensa, mas os meios de comunicação são de "propriedade socialista", jamais privados.

Protestos contra o governo e a Covid-19

O turismo, que gera boa parte das receitas do país, foi diretamente afetado pela pandemia da Covid-19, mergulhando Cuba na sua pior crise econômica em três décadas. Em 2020, o PIB cubano sofreu retração de -11%. O país passa por uma situação de escassez de remédios, longas filas para acesso a alimentos, cortes de energia elétrica e inflação crescente.

Com a propagação da internet na ilha, a partir de 2018, os opositores do regime amplificaram a sua voz e se organizaram melhor. Em julho de 2021, ocorreram os maiores protestos já realizados desde a revolução cubana, do final da década de 1950. Os manifestantes foram às ruas com gritos de "liberdade", "abaixo à ditadura" e "pátria e vida", protestando contra o governo de Miguel Díaz-Canel e a crise econômica que assola o país.

Díaz-Canel culpou o embargo econômico e os Estados Unidos pelas manifestações e pela crise no país, convocando apoiadores a irem às ruas "em defesa da revolução". A internet foi cortada, bem como linhas telefônicas nas regiões onde houve protestos.

Cuba foi o primeiro país da América Latina a ter a sua própria vacina contra a Covid-19, denominada Abdala, que começou a ser aplicada em maio de 2021. O país desenvolve ainda mais cinco outros imunizantes contra o Coronavírus.

Haiti

Localizado no Caribe, o Haiti é o país mais pobre das Américas e figura entre os mais pobres do mundo. No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o país ocupa a 170ª entre 189 posições.

Sua história é marcada por ditaduras e golpes de Estado. Para piorar, o país situa-se em uma região suscetível a furacões e terremotos. Em 2010, um terremoto devastou o país, deixando cerca de 200 mil mortos e causando enormes prejuízos econômicos. O furacão Matthew, em 2016, também causou mortes aos milhares e danos econômicos.



Localização do Haiti. Disponível em: <http://loucosporpraia.com.br/onde-fica-o-haiti/>

Na ilha de Hispaniola, foi estabelecido o primeiro povoamento das terras americanas descobertas por Colombo, em 1492. A parte ocidental da ilha (Haiti) tornou-se colônia francesa de São Domingos, em 1697.

Utilizando mão de obra escrava africana e sob o domínio colonial francês, apresentou uma produção muito expressiva de açúcar e café para a época, ficando conhecida como “a pérola das Antilhas”. Quase 800.000 escravos chegaram da África, correspondendo a um terço de todo o comércio de escravos do Atlântico.

Resistindo à exploração, os haitianos se revoltaram contra os franceses. A revolta haitiana começou em 1791, com destaque a Toussaint L’Ouverture, ex-escravo e um dos líderes do movimento.

O país conquistou a sua independência no dia 1º de janeiro de 1804, sendo o único país das Américas a conquistar a sua independência a partir de uma rebelião de escravos. Como não era reconhecido como um país independente por sua ex-metrópole, o Haiti não encontrava compradores para seus produtos. Além disso, seus cultivos foram quase dizimados pelas guerras.

O reconhecimento francês veio somente em 1824, mediante o compromisso de uma indenização de 150 mil francos, que só terminou de ser paga mais de 100 anos depois.

Ao longo das décadas seguintes, a nação sofreu uma intervenção militar dos Estados Unidos e vários golpes militares internos. Foi governada por ditadores, resultando na perseguição a opositores e na morte de muitos habitantes.

Desde 1994, a comunidade internacional, liderada pelo governo estadunidense, tem realizado uma série de intervenções no território haitiano para tentar diminuir os conflitos internos e promover a democratização do país.

A principal ação foi a realização da Missão de Estabilização das Nações Unidas (**MINUSTAH**), de 2004 a 2017, na qual o Brasil assumiu papel de liderança. Durante 13 anos, generais brasileiros comandaram um contingente internacional, que chegou a reunir mais de 7.000 militares vindos de 22 países. A missão possibilitou prestígio ao nosso país perante a comunidade internacional, mas, na prática, foi pouco eficiente em fortalecer as instituições haitianas.

Desde a saída da ONU, o Haiti retomou seu ciclo de instabilidade política e institucional, o que mostra que a comunidade internacional não teve êxito em seu principal objetivo, o de firmar as bases de uma democracia estável. O país convive com instabilidades políticas e disputas de gangues, que controlam diferentes áreas do país.

Em meio a esse contexto, no dia 7 de julho de 2021, **o presidente Jovenel Moïse foi assassinado a tiros em sua residência privada**. A autoria do crime tem sido creditada a mercenários colombianos e haitianos, mas ainda não se sabe quem foi o mandante.

Moïse era muito impopular entre os haitianos e tinha diversos oponentes políticos. Desde que assumiu a presidência, em 2017, foi alvo de protestos, somados às acusações, por parte da oposição acusando-o, de autoritarismo e de tentar instalar uma ditadura ao prolongar seu mandato.

Em 2019, o país deveria ter realizado suas eleições parlamentares, mas a falta de acordo as atrasou e Moïse passou a governar por decreto desde então.

Além disso, a oposição alegava que o mandato de Moïse deveria ter terminado em 7 de fevereiro de 2021, cinco anos após a renúncia de seu antecessor, Michel Martelly. Entretanto, a saída desse último foi adiada por um ano, e Moïse insistia que deveria permanecer no poder até 2022, porque só tomou posse em fevereiro de 2017, completando os cinco anos no poder, previstos nas regras do país.

O assassinato do ex-presidente coloca o país em uma nova espiral de instabilidade e de caos. A pandemia da Covid-19 agravou ainda mais a situação de pobreza e precariedade econômica. Até a morte de Jovenel, a vacinação não tinha sido iniciada pela falta de imunizantes. As primeiras doses só chegaram por doação na segunda quinzena de julho de 2021.



América Latina

Argentina – A chapa peronista, do Partido Justicialista, venceu as eleições presidenciais de 2019 no primeiro turno. Alberto Fernández é o atual presidente, tendo como vice-presidente, Cristina Kirchner, que já presidiu o país.

A Argentina fechou 2018 e 2019 com crescimento negativo do PIB, em recessão econômica. O desemprego é elevado e a pobreza cresceu. O país teve que recorrer, em 2018, a um empréstimo de US\$ 57 bilhões junto ao FMI para fazer frente a compromissos financeiros.

A situação socioeconômica no país segue muito difícil e se agravando no governo de Alberto Fernández.

Uruguai – Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, de centro-direita foi eleito presidente no segundo turno das eleições, derrotando Daniel Martínez, da Frente Ampla, de esquerda, encerrando um período de 15 anos da Frente Ampla no governo Uruguai. O presidente eleito teve como principais bandeiras a segurança pública, prometendo reforçar a polícia e um maior enfrentamento da criminalidade, a modernização da educação e um enxugamento dos gastos públicos. Lacalle Pou assumiu a presidência em 01/03/2020.

Bolívia – Evo Morales, primeiro indígena a chegar ao cargo de presidente, governou o país de 2006 a 2019. Foi eleito para o seu quarto mandato presidencial, no primeiro turno, nas eleições de outubro de 2019. A oposição contestou a apuração dos votos e o resultado final, com suspeita de fraude. Protestos se espalharam por várias cidades do país, com atos de violência, confrontos com a polícia e entre apoiadores de Evo e membros da oposição. A OEA realizou uma auditoria no processo eleitoral constatando fraude, orientando a realização de novas eleições e a destituição dos juízes do Tribunal Superior Eleitoral, o que foi acatado por Evo Morales.

Diante da continuidade das grandes manifestações, a pressão pela renúncia e a perda de apoio das forças policiais, do Exército e de setores do movimento operário, Evo Morales renunciou à presidência do país e exilou-se no México e posteriormente foi para a Argentina, onde recebeu o status de refugiado. Toda a linha sucessória do ex-presidente também renunciou. Assumiu como presidente a senadora Jeanine Añez, que era a segunda vice-presidente do Senado.

Novas eleições presidenciais tinham sido marcadas para 3 de maio de 2020, mas foram adiadas em função da pandemia de coronavírus. Evo Morales foi proibido de participar da nova eleição. Realizadas em outubro de 2020, Luis Arce, do Movimento ao Socialismo, aliado de Evo Morales, foi eleito como novo presidente da Bolívia.

Chile – Um ciclo de protestos se disseminou pelo país nos meses de outubro e novembro de 2019, refletindo a insatisfação da população chilena com a sua situação socioeconômica. O estopim foi o aumento das passagens do metrô da capital, Santiago, em 3,75% nos horários de pico. O governo revogou o aumento, mas os protestos continuaram, agregando outras reivindicações que refletiram as insatisfações da população com a situação econômica e social no país, como a elevada desigualdade social;

a privatização e os altos custos dos serviços básicos, como da eletricidade e da água e do sistema de previdência social e a demanda pela elaboração de uma nova Constituição.

Uma das medidas tomadas pelas instituições políticas do Chile para atender as reivindicações dos manifestantes foi a convocação de um plebiscito onde os chilenos decidiriam sobre elaborar ou não uma nova Constituição. O plebiscito foi realizado em outubro de 2020. Cerca de 80% dos eleitores votaram a favor da elaboração de um novo texto constitucional.

Finalizado, o texto constitucional foi submetido ao referendo popular, para decidir pela aprovação ou reprovação do novo texto. A votação ocorreu em setembro de 2022, e cerca de 60% da população votou pela reprovação do texto, que continha propostas que causaram grande polêmica e dividiram a sociedade chilena.

No entanto, há um entendimento de que a Constituição atual, marcadamente liberal, não é mais compatível com a sociedade chilena atual. Os políticos chilenos entabulam negociações para a convocação de uma nova Assembleia Constituinte com um número menor de representantes e que seja incumbida de escrever um texto mais sucinto em um prazo mais curto.

Peru – Em 2021, foram realizadas eleições presidenciais. No segundo turno, saiu-se vencedor o esquerdista e líder sindical Pedro Castillo, do partido Peru Libre, que venceu a direita Keiko Fujimori, do partido Fuerza Popular. A posse ocorreu em julho de 2021. Seu governo tem sido marcado por polêmicas, passando por múltiplas mudanças de ministros, renúncia do seu próprio partido, investigações por suposta corrupção e forte oposição política.

Cuba - Único país socialista das Américas. O Partido Comunista é o único existente em Cuba. O atual presidente, Miguel Díaz-Canel, foi o primeiro nascido depois da Revolução Cubana de 1959.

Primeiro país da América Latina a ter a sua própria vacina contra a Covid-19, denominada Abdala, que começou a ser aplicada em maio de 2021.

Protestos contra o governo e Covid-19 - O turismo, que gera boa parte das receitas do país, foi diretamente afetado pela pandemia de Covid-19. Em 2020, o PIB cubano sofreu retração de -11%. Cuba passa por uma situação de escassez de remédios, longas filas para acesso a alimentos, cortes de energia elétrica e inflação crescente.

Em meio à essa situação, em julho de 2021, manifestantes foram às ruas protestando contra o governo de Miguel Díaz-Canel e a crise econômica que assola a ilha. O presidente culpou o embargo econômico e os Estados Unidos pelas manifestações e pela crise no país, convocando apoiadores para irem às ruas. A internet foi cortada, bem como linhas telefônicas nas regiões onde houve protestos.

Haiti - É o país mais pobre das Américas e figura entre os mais pobres do mundo. No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupa a 170ª entre 189 posições.

Desde 1994, a comunidade internacional, liderada pelo governo estadunidense, tem realizado uma série de intervenções no território haitiano para tentar diminuir os conflitos internos e promover a democratização do país.

A principal ação foi a realização da **MINUSTAH** - Missão de Estabilização das Nações Unidas, de 2004 a 2017, na qual o Brasil assumiu papel de liderança. Na prática a missão foi pouco eficiente em fortalecer as instituições haitianas. Desde a saída da ONU, o Haiti retomou seu ciclo de instabilidade política e institucional.

Em meio a este contexto, no dia 7 de julho de 2021, o presidente Jovenel Moïse foi assassinado a tiros em sua residência privada. A acusação dos autores do crime recai sobre mercenários colombianos e haitianos. Seu governo vinha enfrentando protestos, com a oposição acusando-o de autoritarismo e de tentar instalar uma ditadura ao prolongar seu mandato.

O assassinato do ex-presidente coloca o país em uma nova espiral de instabilidade e caos. A pandemia de Covid-19 agravou a situação de pobreza e precariedade econômica. Até a morte de Jovenel, a vacinação não tinha sido iniciada, pela falta de imunizantes. As primeiras doses só chegaram, por doação, na segunda quinzena de julho de 2021.

SEPARATISMOS NA EUROPA

Em todo o mundo, há dezenas de movimentos independentistas, como o do Curdistão na Turquia, Iraque, Síria e Irã; o do Tibete na China, da Abecássia e da Ossétia do Sul na Geórgia, de Nagorno Karabakh no Azerbaijão, de Quebec no Canadá, da Groenlândia na Dinamarca e de Santa Cruz, Beni e Pando na Bolívia.

Um continente onde há vários movimentos separatistas ou por maior autonomia é a Europa, onde alguns deles estiveram em evidência nos últimos anos. No Reino Unido destacam-se os movimentos independentistas da Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte e na Espanha os da Catalunha e do País Basco. Em outros países podemos citar os movimentos de Vêneto e Lombardia, na Itália, Córsega, na França, Kosovo, na Sérvia e Donetsk e Lugansk, na Ucrânia.

A Escócia realizou, em setembro de 2014, plebiscito para decidir se permanecia ou tornava-se independente do Reino Unido. 55% dos eleitores votaram contra a separação, ou seja, a maioria decidiu que a Escócia deve continuar fazendo parte do Reino Unido.

Outro caso é o da Catalunha, importante região autônoma da Espanha, onde além do espanhol, o catalão também é idioma oficial. A sua capital é Barcelona.

A Catalunha tem 7,5 milhões de habitantes, o que representa 12% da população espanhola. A região é chamada de “motor da economia espanhola”, pois responde por 19% do PIB da Espanha. É o maior PIB entre as comunidades autônomas.

A região responde por 25% de todas as exportações do país e atrai 14% dos investimentos estrangeiros, além de produzir 19% dos automóveis e de liderar o ranking dos maiores destinos turísticos da Espanha, especialmente na capital da Catalunha, Barcelona.

Em outubro de 2017, a região realizou um referendo pela separação catalã da Espanha. Pouco mais de 2 milhões de pessoas (43% do eleitorado) votaram. Desses, 90% dos votos foram a favor da independência. A consulta foi organizada pelo governo regional e aprovada pelo parlamento local. A Justiça espanhola proibiu o referendo e o governo central da Espanha foi contrário à sua realização.

Posteriormente, o Parlamento da Catalunha aprovou uma resolução que prevê “constituir uma República Catalã como um Estado independente, soberano, democrático e social”.

A Constituição espanhola não permite a separação das suas regiões. Com base na lei e em decisão do Senado, o governo espanhol interveio na região autônoma, destituiu o governo local, então liderado pelo separatista Carles Puigdemont e convocou eleições regionais para o mês de dezembro de 2017.

As eleições foram realizadas com um recorde de participação dos eleitores. O comparecimento às urnas foi de 82%. Os partidos separatistas conquistaram 70 cadeiras no parlamento regional e os constitucionalistas (contrários à secessão), 60 cadeiras. Contudo, o resultado mostrou um povo dividido sobre o futuro da sua região. O atual presidente regional é o separatista Quim Torra, eleito pelo parlamento regional.

Na Itália, a população da região do Vêneto (Veneza) aprovou, em votação online realizada em março de 2015, a independência em relação a Roma. Embora o pleito não tenha valor legal, o resultado surpreendeu:

89% dos ouvidos votaram pela separação. O resultado deu forças ao grupo separatista “Liga Veneta”, que pretende apresentar ao governo italiano um projeto de independência da região.

Já na Bélgica, os nacionalistas flamengos querem a separação da rica região de Flandres, em que se fala o neerlandês, da menos rica Valônia, onde se fala o francês. As raízes do separatismo flamengo remontam as origens da formação da Bélgica como país. Se as aspirações dos separatistas flamengos se concretizarem, a Bélgica pode desaparecer por completo do mapa do mundo.

Embora os argumentos econômicos tenham importância central no debate separatista, no cerne do desejo de independência estão as raízes culturais, étnicas e históricas e um sentimento de identidade nacional.

Por mais legítimo que possa parecer o direito de uma maioria decidir seu alinhamento político, de acordo com seu senso de identidade, a prerrogativa de autodeterminação é limitada no direito internacional. Há um consenso de que isso só pode ocorrer dentro de um processo democrático, transparente e aceito pelo governo central, como aconteceu com o referendo escocês. A realização do pleito foi decidida em 2012, depois de uma longa negociação entre o parlamento escocês e o britânico.



Separatismos na Europa

Movimentos separatistas buscam a independência de seu território, como o do Curdistão, na Turquia.

Um continente onde há vários movimentos separatistas ou por maior autonomia é a Europa.

Em 2014, a **Escócia** realizou plebiscito para decidir se permanecia ou tornava-se independente do Reino Unido. A maioria decidiu que a Escócia deve continuar fazendo parte do Reino Unido.

Em 2017, a **Catalunha** realizou um referendo pela separação catalã da Espanha. 43% do eleitorado votaram. Desses, 90% dos votos foram a favor da independência. Posteriormente, o Parlamento da Catalunha aprovou uma resolução que prevê “*constituir uma República Catalã como um Estado independente, soberano, democrático e social*”.

A Justiça espanhola proibiu o referendo e o governo central da Espanha foi contrário à sua realização. O governo espanhol interveio na região autônoma, destituiu o governo local e convocou eleições regionais para o mês de dezembro de 2017.

Os partidos separatistas conquistaram 70 cadeiras no parlamento regional e os constitucionalistas (contrários à secessão), 60 cadeiras. O resultado mostra um povo dividido sobre o futuro da sua região.

Embora os argumentos econômicos tenham importância central no debate separatista, no cerne do desejo de independência estão as raízes culturais, étnicas e históricas e um sentimento de identidade nacional.

PANDEMIA DE COVID-19

Em dezembro de 2019, uma pneumonia de causas desconhecidas começou a se espalhar por **Wuhan**, uma metrópole da região central da **China** com cerca de 11 milhões de habitantes, capital da província de Hubei. Por meio de estudos, descobriu-se que os sintomas eram causados por um novo tipo de **coronavírus**.

O novo vírus se espalhou rapidamente por países e continentes, o que levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar uma situação de **pandemia** global. A definição de pandemia é usada quando uma doença não se restringe apenas a uma região específica, mas sim por todo o globo.

Descobertos na década de 1960, os **coronavírus são uma grande família viral e recebem esse nome por causa de pequenos espinhos que possuem na superfície, que lembram uma coroa**. Eles são considerados zoonóticos, ou seja, são transmitidos entre os animais e pessoas, causando infecções respiratórias em ambos.

O novo coronavírus foi denominado **SARS-CoV-2**. A doença que ele causa foi denominada **Covid-19**. A nomenclatura segue diretrizes internacionais que pedem para não se fazer referência a uma localização geográfica, a um animal, a um indivíduo ou a um grupo de pessoas. As regras pedem também que o nome seja pronunciável e que estabeleçam alguma relação com a doença causada pelo vírus.

Outras variações mais antigas de coronavírus e conhecidas pelos cientistas são a **SARS-CoV e MERS-CoV**. Entre 2002 e 2003, o surto de Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars), causado pelo coronavírus SARS-CoV, foi responsável pela morte de quase 800 pessoas e se espalhou por 37 países, tendo iniciado também na China. Em 2012, um coronavírus distinto foi detectado como sendo responsável pela Síndrome Respiratória do Oriente Médio, ou Mers. A doença foi inicialmente identificada na Arábia Saudita e se espalhou depois para outros países da região.

Os surtos relacionados a coronavírus geralmente têm origem em animais infectados. A suspeita mais provável é de que o novo vírus tenha sido transmitido para os seres humanos por animais silvestres, como os morcegos, provenientes de um mercado que vendia esses animais vivos, em Wuhan. Na sequência, passou a ser transmitido de humano para humano.

Foram identificados os seguintes **sintomas** nas pessoas com **Covid-19**: febre, tosse (geralmente seca), dor muscular, cansaço, dificuldade em respirar, falta de ar e perda de paladar. Em casos mais graves, há registro de pneumonia, insuficiência renal e síndrome respiratória aguda grave, que podem levar à morte.

Algumas pessoas infectadas pelo vírus podem não apresentar sintomas ou apresentar sintomas discretos. A maioria das pessoas infectadas (cerca de 80%) se recupera da doença sem precisar de tratamento especial. Cerca de uma em cada seis pessoas com Covid-19 pode desenvolver a doença em sua forma mais grave.

Pessoas idosas e/ou com comorbidades, ou seja, outras doenças associadas como, por exemplo: pressão alta, problemas cardíacos, diabetes e pessoas em tratamento para câncer têm maior probabilidade de desenvolver doença respiratória grave.

Variantes

Toda vez que um vírus faz suas cópias nas células humanas, está sujeito a erros que levam a mutações no código genético. No caso do coronavírus, essas mudanças estão sendo acompanhadas praticamente em tempo real. Quando um grupo de descendentes (ou uma linhagem, em termos técnicos) do Sars-CoV-2 reúne mutações distintas em comum, passa a ser chamado de **variante**.

No curso da pandemia, algumas variantes foram detectadas, cada uma com suas especificidades de transmissão e sintomas. Assim como na nomenclatura da doença, a OMS utiliza uma nomenclatura para facilitar a identificação e reduzir estigmas geográficos. A ideia é seguir o alfabeto grego conforme novas cepas sejam identificadas.

A seguir, destaco as chamadas **variantes de preocupação** - assim classificadas pela OMS porque há evidências de que são mais transmissíveis, podem escapar da imunidade adquirida (via vacina ou infecção natural) e/ou provocar versões mais graves da Covid-19.

- **Variante Alfa:** identificada no Reino Unido, em outubro de 2020.
- **Variante Beta:** identificada na África do Sul, em dezembro de 2020.
- **Variante Gama:** identificada no Brasil, ao final de 2020, no estado do Amazonas.
- **Variante Delta:** identificada na Índia, em outubro de 2020.
- **Variante Ômicron:** identificada na África do Sul, ao final de 2021, rapidamente se espalhou pelo planeta, sendo a variante mais transmissível até então. Identificou-se que sua ação no corpo ocorreu de forma mais rápida do que em relação às demais variantes. Foi responsável por um grande surto entre o final de 2021 e início de 2022, mas também teve sua propagação associada ao relaxamento de fim de ano.

Existem ainda as variantes de interesse, que são observadas de perto, mas ainda não ganharam o status de alarmantes, como as variantes **Mu** (identificada na Colômbia) e **Lambda** (identificada no Peru).

Vacinas contra o vírus

A velocidade do processo de busca de uma vacina para a Covid-19 superou tudo o que já foi visto até hoje na área de desenvolvimento de imunizantes, normalmente um processo demorado e trabalhoso, que envolve várias rodadas de testes em animais e avaliações de toxicidade antes das três fases obrigatórias de testes com pessoas.

Naturalmente, os países desenvolvidos foram os que largaram na frente no desenvolvimento e aprovação de vacinas foram, já que contam com fortes instituições e investimentos em pesquisa e tecnologia na área da saúde. A produção de vacinas ocorre de forma desigual no planeta, concentrada em poucos países, sobretudo os desenvolvidos. Estados Unidos, China, Rússia, Índia, Alemanha e Reino Unido lideram a produção de vacinas.

A Rússia foi o primeiro país a anunciar uma vacina contra a Covid-19, batizada de **Sputnik V**, mas a decisão foi questionada por muitos cientistas, já que foi registrada antes da conclusão da "Fase 3" do estudo, que envolve milhares de pessoas, em que se busca comprovar que a vacina experimental é segura e eficaz na imunização.

Entretanto, foi no Reino Unido que uma vacina com estudos concluídos foi oficialmente aplicada pela primeira vez. No dia 8 de dezembro de 2020, Margaret Keenan, uma senhora de 90 anos, foi a primeira a receber a dose da vacina contra a Covid-19, **desenvolvida pela farmacêutica norte-americana Pfizer e a empresa de biotecnologia alemã BioNTech.**

Cuba foi o primeiro país latino-americano a desenvolver o seu próprio imunizante, a vacina **Abdala**.

Assim como a produção de vacinas, o processo de vacinação também ocorre de forma desigual no mundo, concentrado nos países desenvolvidos que possuem expressiva produção ou poder de compra.

Os países que mais aplicaram doses (em números absolutos) até o momento foram, respectivamente, China, Índia, Estados Unidos, Brasil, Indonésia e Japão (março de 2022).

Isso não necessariamente significa que o Brasil esteja com um programa nacional adiantando, já que, por ter uma população muito grande, de 211 milhões de pessoas, a nação consequentemente imuniza mais pessoas em relação a países menos populosos.

Isso é possível de se notar quando analisamos a porcentagem da população totalmente vacinada em cada nação. Neste quesito, o Brasil tinha 74,5% das pessoas totalmente imunizada contra a Covid-19, de acordo com dados do dia 18 de março de 2022. De acordo com essa métrica, os cinco países que mais vacinaram sua população são Emirados Árabes Unidos, Brunei, Portugal, Ilhas Cayman e Chile, todos acima da faixa dos 90%.

Para melhor distribuir as vacinas no mundo, a OMS coordena a **Aliança Covax Facility**, uma coalizão universal que visa acelerar o desenvolvimento de vacinas e garantir um acesso equitativo às doses contra a Covid-19, levando-as sobretudo a nações mais pobres. No entanto, a iniciativa enfrenta dificuldades como a escassez de recursos e atrasos na produção. Acordos bilaterais entre países ricos e farmacêuticas também são outro desafio ao projeto.

No Brasil, a vacinação começou em janeiro de 2021, com a vacinação da enfermeira Mônica Calazans, 54 anos, com a CoronaVac, desenvolvida pela SinoVac em parceria com o Instituto Butantan, do governo do Estado de São Paulo. Até o momento, a Anvisa aprovou quatro vacinas para uso no Brasil: AstraZeneca, CoronaVac, Pfizer e Janssen. Além da fabricação da CoronaVac, o Instituto Butantan está desenvolvendo a vacina ButanVac, de tecnologia nacional e do Instituto Mount Sinai (EUA). A vacina mais utilizada no Brasil é a AstraZeneca/Oxford, produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do governo federal, por meio de acordo com a farmacêutica anglo-sueca.

Crescimento dos movimentos antivacina

Os grupos antivacina não são novos, mas a pandemia contribuiu para torná-lo visíveis novamente. O movimento nasceu nos Estados Unidos, no fim da década de 90, a partir de um estudo fraudado pelo médico Andrew Wakefield, relacionando a vacina tríplice viral, que protege contra o sarampo, rubéola e caxumba, com o autismo. Anos depois, o médico foi processado por fraude, conspiração e teve a licença cassada.

O movimento chegou a influenciar na cobertura vacinal de 2019 contra sarampo no mundo todo, inclusive no Brasil. Em 2019, a Organização Mundial da Saúde considerou a rejeição à imunização como uma das principais ameaça sanitárias, quando o número de casos de sarampo triplicou em relação ao ano anterior, em grande parte motivado pela baixa cobertura vacinal contra a doença.

Agora, enquanto a maioria dos países realiza suas campanhas de vacinação contra a Covid-19, o movimento antivacina voltou à tona, baseado na disseminação de informações falsas e teorias conspiratórias sobre imunizantes, sobretudo pelas redes sociais.

As vacinas são a forma mais eficaz, senão a única, de frear a pandemia da Covid-19. Vacinar-se é uma decisão pessoal, mas que têm consequências para toda a população. Porque cada imunização afeta às demais pessoas ao redor e, portanto, quem pode ser vacinado tem uma grande responsabilidade com a comunidade. A explicação está no conceito epidemiológico da imunidade em grupo.

Para estimular a população a se vacinar, diversos órgãos governamentais e até empresas privadas têm oferecido uma forma de benefício às pessoas que se imunizarem. Diversos países do mundo também passaram a adotar o “passaporte da vacina”, comprovante de vacinação contra a covid-19 que passou a ser exigido para entrada em locais fechados como restaurantes, bares, cinemas e hospitais. Contra essa medida houve protestos em vários países.

Medidas restritivas de proteção e para conter o avanço do vírus

Como medida de proteção, vários países adotaram medidas restritivas contra a disseminação do vírus, por meio do distanciamento social, isolamento, quarentena e lockdown. Alguns adotaram medidas mais brandas, outros, mais restritivas. Pensando na escala de risco para serem adotados, do menor para o maior, os regimes são classificados nesta ordem: distanciamento social, isolamento, quarentena e lockdown.

Vamos entender o que significam esses termos:

Distanciamento social: O distanciamento social busca, de forma voluntária, restringir a aproximação entre as pessoas como forma de controlar a disseminação da doença. Nessa fase, escolas e comércio podem fechar e eventos podem ser cancelados, mas não há aplicação de multa ou detenções para quem não seguir o distanciamento social. Praticamente todos os países que registraram casos de Covid-19 adotaram medidas de distanciamento social.

Isolamento: O isolamento também é uma medida não obrigatória para restringir a propagação do vírus. Esse distanciamento pode ser mais brando ou mais extremo, dependendo do contexto.

O **isolamento vertical** é mais brando, destinado somente a pessoas dos grupos de risco, enquanto o resto da população vive normalmente, seguindo os protocolos de higiene e distanciamento social. Apesar de representar danos menores à economia, não é tão efetivo no combate à doença.

Já o **isolamento horizontal** atinge toda a população. Envolve o fechamento de estabelecimentos, a proibição de aglomerações e a paralisação da maior parte da atividade econômica considerada “não essencial”. A população é aconselhada a ficar em casa e sair somente para o essencial. Essa estratégia é mais eficiente em combater a propagação do vírus, mas pode causar maiores impactos na economia.

O isolamento também foi adotado para aquelas pessoas que tiveram contato com alguém infectado ou para quem estava esperando o resultado de testes que confirmassem ou negassem a contaminação pelo novo coronavírus.

Quarentena: A quarentena é uma medida obrigatória, estabelecida pelas autoridades (em escala municipal, estadual ou federal), na qual todos os estabelecimentos não essenciais são fechados. O intuito da quarentena é restringir a circulação de pessoas que foram ou podem ter sido expostas ao vírus, para diminuir a sua velocidade de transmissão.

Lockdown: O lockdown é uma paralisação total dos fluxos e deslocamentos, exceto os essenciais, imposto por um decreto, lei ou decisão judicial. A circulação de carros e pessoas também é reduzida, sendo autorizada apenas a saída de casa para a compra de alimentos, medicamentos e transporte de indivíduos para hospitais. Nesta etapa, o governo pode usar as forças policiais e aplicar multas e detenções para quem desrespeitar a medida.

O alcance mundial da doença

O coronavírus demonstrou ter uma contaminação extremamente veloz. No mundo globalizado em que vivemos, com o grande fluxo de pessoas que circulam pelo nosso planeta por meio das redes de transportes, sobretudo o transporte aéreo, as doenças podem espalhar-se rapidamente pelos países e continentes.

A posição que a China possui atualmente no cenário econômico e político internacional faz com que determinadas doenças que apareçam no país tenham um potencial de contágio ainda maior. Muitos chineses estão a todo momento viajando pelo interior do país e para fora do país, da mesma maneira que muitas pessoas diariamente entram em território chinês.

Esses fatores fizeram com que tenham sido registrados casos de coronavírus em quase todos países do mundo, em todos os continentes. **Nas Filipinas ocorreu a primeira morte fora do território chinês.** No momento em que este texto foi escrito, os **Estados Unidos são o país com o maior número de pessoas infectadas e com o maior número de mortes.**

O Brasil é o segundo país com o maior número de mortes e o terceiro com o maior número de casos. São Paulo foi o estado mais atingido, com o maior número de mortes e de infectados. O primeiro caso em território nacional foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo, proveniente de um homem de 61 anos, que esteve na Itália alguns dias antes, mais especificamente na região da Lombardia - um dos epicentros da crise na Itália, que também foi severamente atingida pela doença.

Como forma de conter a disseminação do vírus, muitos países fecharam temporariamente suas fronteiras e proibiram grande parte dos voos nacionais e a entrada de estrangeiros.

A União Europeia fechou todas as fronteiras do continente, e alguns países fecharam suas fronteiras internas também. Trata-se de uma medida dura no continente que simboliza o espírito da globalização e das fronteiras abertas, com o trânsito livre de pessoas.

Manifestações populares contra o lockdown e outras medidas de prevenção impostas para tentar conter a pandemia de Covid-19 foram registradas em várias cidades europeias, nos Estados Unidos e também no Brasil. Os manifestantes contestam as restrições e criticam o que consideram um ataque às liberdades públicas, denunciam o uso de máscaras de proteção e as restrições de movimento impostas após o confinamento.

Impactos econômicos

A pandemia de coronavírus, inicialmente, uma crise sanitária, desencadeou também uma crise econômica global. Com a paralisação das atividades econômicas, muitas empresas reduziram a sua produção. As exportações e as importações diminuíram e as pessoas, no geral, passaram a consumir menos produtos e serviços. Isso gerou desemprego, fechamento de empresas e a desvalorização de ações, provocando abalos nos mercados mundiais, nas cadeias globais de suprimentos e na atividade econômica como um todo.

O Banco Mundial divulgou que o Produto Interno Bruto (PIB) global teve queda de 5,2% em 2020. Porém, o banco projeta uma forte recuperação econômica global em 2021. O PIB deve crescer 5,6% em 2021, o maior crescimento anual dos últimos 80 anos. O PIB do Brasil registrou queda de 4,1% em 2020. Antes da deflagração da pandemia, a expectativa era de alta de 2,2%. Foi o pior desempenho econômico desde o ano de 1996. A recessão econômica fez com que governos e bancos centrais de todo o mundo liberassem grandes volumes de estímulos fiscais e monetários, além de outras medidas de apoio para as economias nacionais, que sofreram com a pandemia de coronavírus. No Brasil, a principal medida foi o **auxílio emergencial**, um auxílio mensal de R\$ 600 a trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores individuais (MEIs) por cinco meses. O auxílio recebeu mais uma rodada em 2021, mas com uma abrangência e valores bem menores.



Coronavírus

Os coronavírus são uma grande família viral, transmitidos entre os animais e pessoas, causando infecções respiratórias em ambos. O novo vírus, SARS-CoV-2, é o causador da doença Covid-19. Outras variações mais antigas de coronavírus e conhecidas pelos cientistas são a SARS-CoV e MERS-CoV, que já causaram surtos com mortes no passado recente.

Suspeita-se que o SARS-CoV-2 foi transmitido para os seres humanos por animais silvestres, como morcegos, provenientes de um mercado que vendia esses animais, na metrópole de Wuhan, capital da província de Hubei, na China, onde se iniciou o surto da atual pandemia atual.

Os sintomas da doença são febre, tosse (geralmente seca), dor muscular, cansaço, dificuldade em respirar, falta de ar e perda de paladar. Em casos mais graves, há registro de pneumonia, insuficiência renal e síndrome respiratória aguda grave, que podem levar à morte.

Variantes - Toda vez que um vírus faz suas cópias nas células humanas, está sujeito a erros que levam a mutações no código genético. Quando um grupo de descendentes (ou uma linhagem, em termos técnicos) do Sars-CoV-2 reúne mutações distintas em comum, passa a ser chamado de variante.

No curso da pandemia, algumas variantes foram detectadas, cada uma com suas especificidades de transmissão e sintomas. Principais variantes de preocupação:

- **Variante Alfa:** identificada no Reino Unido, em outubro de 2020.
- **Variante Beta:** identificada na África do Sul, em dezembro de 2020.
- **Variante Gama:** identificada no Brasil, ao final de 2020, no estado do Amazonas.
- **Variante Delta:** identificada na Índia, em outubro de 2020.
- **Variante Ômicron:** identificada na África do Sul, ao final de 2021, rapidamente se espalhou pelo planeta, sendo a variante mais transmissível até então. Identificou-se que sua ação no corpo ocorreu de forma mais rápida do que em relação às demais variantes. Foi responsável por um grande surto entre o final de 2021 e início de 2022, mas também teve sua propagação associada ao relaxamento de fim de ano.

Vacinas contra o vírus - A velocidade do processo de busca de uma vacina para a Covid-19 superou tudo o que já foi visto até hoje na área de desenvolvimento de imunizantes, normalmente um processo demorado e trabalhoso, que envolve várias rodadas de testes em animais e avaliações de toxicidade antes das três fases obrigatórias de testes com pessoas.

A produção de vacinas ocorre de forma desigual no planeta, concentrada em poucos países, sobretudo os desenvolvidos. Estados Unidos, China, Rússia, Índia, Alemanha e Reino Unido lideram a produção de vacinas.

A Rússia foi o primeiro país a anunciar uma vacina contra a Covid-19, batizada de Sputnik 5, mas a decisão foi questionada, já que foi registrada antes da conclusão dos estudos que comprovassem a segurança e eficácia da vacina.

Entretanto, foi no Reino Unido que uma vacina com estudos concluídos foi oficialmente aplicada pela primeira vez. No dia 8 de dezembro de 2020, Margaret Keenan, uma senhora de 90 anos, foi a primeira a receber a dose da vacina contra a Covid-19, desenvolvida pela farmacêutica norte-americana Pfizer e a empresa de biotecnologia alemã BioNTech.

Cuba foi o primeiro país latino-americano a desenvolver o seu próprio imunizante, a vacina Abdala.

Para melhor distribuir as vacinas no mundo, a OMS coordena a Aliança Covax Facility, uma coalizão universal que visa acelerar o desenvolvimento de vacinas e garantir um acesso equitativo às doses contra a Covid-19, levando-as sobretudo a nações mais pobres.

No Brasil, a vacinação começou em janeiro de 2021, com a CoronaVac, desenvolvida pela SinoVac em parceria com o Instituto Butantan, do governo do Estado de São Paulo. Até o momento, a Anvisa aprovou quatro vacinas para uso no Brasil: AstraZeneca, CoronaVac, Pfizer e Janssen. A vacina mais utilizada no Brasil é a AstraZeneca/Oxford, produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do governo federal, por meio de acordo com a farmacêutica anglo-sueca.

Crescimento dos movimentos antivacina - Baseado na disseminação de informações falsas e teorias conspiratórias sobre imunizantes, cresceram os movimentos antivacina, contra os imunizantes para a Covid-19. Para estimular a população a se vacinar, diversos órgãos governamentais e até empresas privadas têm oferecido uma forma de benefício às pessoas que se imunizarem.

Medidas restritivas de proteção e para conter o avanço do vírus:

Distanciamento social - restringe a aproximação entre as pessoas de forma voluntária.

Isolamento - recomendação de isolamento, não obrigatória. Voltada sobretudo para pessoas que tiveram contato com alguém infectado ou para quem está esperando o resultado de testes.

Isolamento vertical - destinado somente a pessoas dos grupos de risco. Menos efetivo no combate ao vírus, mas causa menos danos à economia.

Isolamento horizontal - destinado a toda população, envolve a paralisação de todas as atividades consideradas "não essenciais". Mais eficiente no combate ao vírus, mas causa mais danos econômicos.

Quarentena - medida obrigatória, estabelecida pelas autoridades (pode ser em escala municipal, estadual ou federal) na qual todas as atividades não essenciais são paralisadas.

Lockdown - imposto por um decreto, lei ou decisão judicial. Paralisação total dos fluxos não essenciais e restrições à circulação de pessoas nas ruas. Governo pode usar as forças policiais e aplicar multas e detenções para quem desrespeitar a medida.

O alcance mundial da doença

No mundo globalizado, com incessante circulação de pessoas entre os países, o vírus se propagou rapidamente pelo planeta. Foram registrados casos de coronavírus em quase todos os países, em todos os continentes.

Nas Filipinas ocorreu a primeira morte fora do território chinês. No momento em que este texto foi escrito, os Estados Unidos são o país com o maior número de pessoas infectadas e com o maior número de mortes.

O Brasil é o segundo país com o maior número de mortes e o terceiro com o maior número de casos. São Paulo foi o estado mais atingido.

Impactos econômicos

Para conter a propagação do vírus, muitas empresas e fábricas paralisaram suas atividades e reduziram sua produção, afetando a atividade econômica como um todo. O Banco Mundial divulgou que o Produto Interno Bruto (PIB) global teve queda de 5,2% em 2020. Porém, o banco projeta uma forte recuperação econômica global em 2021.

O Brasil fechou o ano de 2020 com crescimento negativo do PIB: -4,1%. Foi o pior desempenho econômico desde o ano de 1996.

A inevitável recessão tem levado governos e bancos centrais de todo o mundo a liberar grandes volumes de estímulos fiscais e monetários, além de outras medidas de apoio para as economias nacionais, que sofrem com a pandemia de coronavírus. No Brasil, a principal medida foi o auxílio emergencial.